

O Ofício da História

Prof^o Me. Ubiratã F. Freitas

APOSTILA DE HISTÓRIA

2º ANO

ENSINO MÉDIO

SUMÁRIO

Aula 01	03
Aula 02	06
Aula 03	09
Aula 04	12
Aula 05	15
Aula 06	17
Aula 07	20
Aula 08	22
Aula 09	24
Aula 10	27
Aula 11	31
Aula 12	34
Aula 13	37
Aula 14	39
Aula 15	41
Aula 16	44
Aula 17	46
Aula 18	48
Aula 19	50
Aula 20	52
Aula 21	57

Aula 01

História – 2º Ano Ensino Médio

O Sistema Colonial Português no Brasil

A instauração de uma colônia portuguesa no território americano não se deu imediatamente após a tomada de posse da terra do atual Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1500. Portugal mantinha seus recursos voltados para o comércio oriental, deixando o Brasil, por alguns anos, numa posição secundária, visto que aqui não haviam sido encontrados metais preciosos nem produtos similares aos do rentável comércio Afro-asiático. A única preocupação com o território recém-conquistado era a de garantir a sua posse diante das sucessivas investidas de outros países europeus.

A primeira expedição exploradora enviada à América lusa, em 1501, foi chefiada por Gaspar de Lemos. Além de nomear diversas localidades litorâneas, como a Baía de Todos os Santos e o lugarejo de São Sebastião no Rio de Janeiro, confirmou a existência do pau-brasil, madeira da qual se extraía um corante utilizado na Europa para tingir tecidos. Em 1503, outra expedição, chefiada por Gonçalo Coelho, fundou feitorias no litoral fluminense, visando à armazenagem de madeira e ao carregamento de navios. Administrados pelos feitores, muitos desses entrepostos eram fortificações que garantiam a posse lusa em detrimento de outros conquistadores. Ao formarem plantios e se dedicarem à criação de animais para o sustento, transformavam-se, também, em núcleos colonizadores.

De 1500 a 1530, período chamado de pré-colonial, o governo português não esboçou nenhum plano de ocupação das terras americanas. Limitava-se a enviar esporadicamente algumas expedições ao litoral, ou para conhecer o território ou para retirar dele o precioso pau-brasil.

Colonização e Trabalho Forçado

Em 1530, Portugal decidiu delinear efetivamente a colonização das terras que lhe cabiam na América. A decisão foi tomada por três razões: por um lado, o governo português estava preocupado com o risco de perder o novo território para os franceses, caso não promovesse sua ocupação. Estes ignoravam os termos do Tratado de Tordesilhas e ameaçavam tomar as terras que não estivessem efetivamente ocupadas por portugueses ou espanhóis.

Por outro lado, o comércio de especiarias com o Oriente estava cada vez mais complicado. As despesas de viagem eram enormes e Portugal enfrentava uma baixa nos preços dos produtos provocada pela concorrência com outros países. Para completar, sua grande rival, a Espanha, obtinha êxito com a ocupação dos territórios americanos, onde explorava ouro e prata.

O marco da ocupação portuguesa na América foi a expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, enviada em 1530 pelo rei dom João III, Martim Afonso percorreu grande parte do litoral do Brasil atual e promoveu algumas incursões pelo interior, na esperança de encontrar ouro e prata. Não foi bem sucedido nessa empreitada, mas conseguiu destruir uma feitoria francesa no atual estado do Pernambuco e, bem mais ao sul, fundou em 1532 a vila de São Vicente, no litoral do atual Estado de São Paulo. Nesta vila, foi distribuído mudas de cana-de-açúcar e construído o primeiro engenho de açúcar no Brasil.

É importante lembrar que a relação entre europeus e nativos, relativamente amistosa até esse momento, iria passar por grande mudança. Afinal, os portugueses estavam invadindo terras indígenas e logo iriam impor o trabalho compulsório e metódico entre os nativos. Os índios viviam livres e não estavam habituados ao trabalho forçado, por isso poucos aceitaram a imposição. A maioria deles reagiu com violência contra os invasores, dando início a longos conflitos.

As Capitanias Hereditárias

O sistema de Capitanias Hereditárias já tinha sido implantado na colonização das ilhas do Atlântico. Na América portuguesa, primeiro as terras foram divididas em lotes gigantescos e depois concedidas a altos funcionários da Corte, chefes militares e membros da baixa nobreza interessados em administrá-las. Esses administradores foram denominados *capitães donatários*.

Ao todo, eram quinze capitânias hereditárias, concedida a doze donatários. Martim Afonso recebeu duas capitânias e seu irmão, Pedro Lopes de Sousa, foi agraciado com três. Dois documentos regulamentavam o sistema das capitânias: a *Carata de Doação*, pela qual o governo oficializava a concessão e atribuía poderes ao donatário; e o *Foral*, que fixava os “direitos, foros, tributos e coisas” que deveriam ser pagos ao rei e ao capitão donatário.

O donatário tinha plenos poderes e direito de posse e de usufruto da capitania, em caráter vitalício e hereditário, mas não era proprietário da terra. Cabia a ele ocupar, defender e administrar a capitania com os próprios recursos. Podia cobrar impostos, mas parte dessa arrecadação era destinada a Coroa. Em seu domínio, o donatário estava autorizado a fundar vilas, exercer a justiça, criar cargos, nomear funcionários e empregar a mão de obra nativa. Podia ainda conceder, dentro dos limites da capitania, lotes de terra a pessoas de todas as condições (incluindo os estrangeiros), exceto a ele mesmo e membros de sua família. Esses lotes eram conhecidos como *sesmarias*, e quem as recebiam, o *sesmeiro*, devia ser católico e assumir a obrigação – poucas vezes cumpridas – de iniciar o cultivo da terra num prazo de cinco anos.

A concessão da sesmaria tinha por base a Lei das Sesmarias, de 1375. Tratava-se de uma prática antiga em Portugal, onde nas terras pouco habitadas, o rei dava concessão de pequenas sesmarias para aumentar a produtividade agrícola. Nas capitânias brasileiras, as sesmarias consistiam em grandes porções de terras, caracterizando grandes propriedades que mais tarde deram origem aos latifúndios que até hoje caracterizam o regime de propriedade da terra no Brasil.

Três características principais norteavam o sistema de capitânias hereditárias: a descentralização administrativa, a participação decisiva da iniciativa privada no esforço da colonização e a transferência a particulares de poderes que, em Portugal eram exclusivos do rei.



Uma Experiência Fracassada

A experiência com a implantação das capitânias, não surtiu os efeitos esperados. Apenas duas delas foram bem sucedidas – Pernambuco e São Vicente –, principalmente pelos resultados positivos alcançados com a produção de açúcar (Pernambuco) e pelos acertos de seus administradores. As demais capitânias tiveram diferentes destinos, pois os constantes conflitos de índios com colonos portugueses, falta de recursos

e outros fatores não deixaram as capitanias prosperarem. Entre as causas do fracasso do sistema de capitanias podem ser apontadas as seguintes:

- a escassez de capital necessário, por exemplo, para a instalação de uma atividade econômica rentável, como a açucareira que exigia um grande investimento;
- a incapacidade de alguns donatários de atrair colonos, ou porque Portugal era um país pouco povoado ou por que não havia estímulo suficiente que motivasse a mudança das pessoas para terras tão distantes;
- em alguns casos, a hostilidade de grupos indígenas, que inicialmente colaboraram com os europeus na fase da extração do pau-brasil, mas que resistiam à ideia de se submeter ao trabalho compulsório e sistemático.

De toda a forma, o sistema de capitanias hereditárias acabou se estendendo até meados do século XVIII. Durante esse período, as capitanias foram sendo readquiridas pelo poder público se mantendo como unidade administrativa portuguesa.

Aula 02

História – 2º Ano Ensino Médio

O Governo Geral

Como as capitanias não haviam cumprido o papel que a Coroa portuguesa desejava, voltava-se ao problema inicial: a necessidade de ocupar e defender a terra e fazê-la dar lucro. Com esse objetivo, a Coroa criou, em 1548, o cargo de *governador-geral*. Era uma espécie de representante do rei na colônia, colocado acima dos donatários, e sua ação estava regulamentada por um regimento. A sede do Governo Geral foi estabelecida em 1549 na capitania da Bahia.

O governador-geral era auxiliado por um *provedor-mor*, responsável pelas finanças e pela cobrança dos impostos; por um *capitão-mor*, encarregado da defesa do território contra tentativas de invasão; e por um *ouvidor-mor*, cuja atribuição consistia em aplicar a justiça. Com a instituição do Governo Geral, a administração colonial acabou ficando centralizada, em prejuízo do poder quase sem limites dos donatários.

Os Primeiros Governadores Gerais

Os três primeiros governadores-gerais foram Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá. O governo de Tomé de Sousa teve início em 1549 e deu significativo impulso à ação colonizadora. O governador distribuiu terras e incentivou pecuária e a lavoura açucareira na região da Baía. Mandou virem escravos africanos, que começaram chegar por aqui já no segundo ano de seu governo (século XVI). Para a capital da colônia, ergueu Salvador, que recebeu foros de cidade.

Com Tomé de Sousa vieram os primeiros jesuítas que, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, iriam se dedicar a catequizar os índios e ao ensino na colônia. Em 1551 instituiu-se o primeiro bispado em terras brasileiras, e dom Pero Fernandes Sardinha foi nomeado bispo. Era um passo importante para consolidar e unificar os poderes políticos e religiosos na estrutura administrativa da colônia portuguesa.

O segundo governador-geral, Duarte da Costa, assumiu a administração em 1553. Seu governo foi prejudicado pelos conflitos que colocaram jesuítas, bispo, colonos e o próprio governador uns contra os outros. Os jesuítas, querendo impedir a escravização dos índios, entraram em choque com os colonos. Por sua vez, dom Pero Fernandes Sardinha criticava a tolerância dos jesuítas em relação aos costumes indígenas (nudez) e também censurava os hábitos desregrados dos colonos.

No quadro de dificuldades do governo de Duarte da Costa, sobreveio a invasão do Rio de Janeiro pelos Franceses, que se estabeleceram em 1555, fundando um núcleo de povoamento, ao qual deram o nome de *França Antártica*.

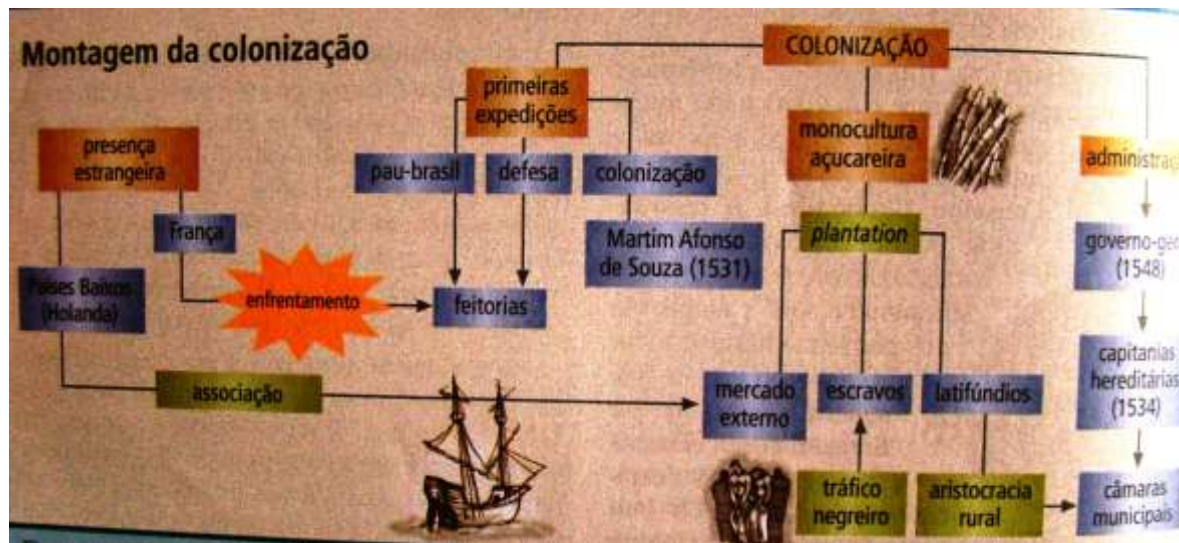
O sucessor de Duarte da Costa foi Mem de Sá, ficou no cargo de 1558 a 1572. Mem de Sá impulsionou a colonização, restabelecendo e consolidando a autoridade real na colônia. Uma de suas primeiras medidas foi combater os índios caetés, que sofreram uma perseguição implacável. Em 1567, o governador-geral conseguiu expulsar os franceses da região da baía de Guanabara, onde seu sobrinho Estácio de Sá havia fundado o povoado de Soa Sebastião do Rio de Janeiro, no começo de 1565.

Vilas e Cidades

Desde que Martim Afonso de Sousa fundou São Vicente, em 1532, outras vilas se constituíram na colônia. As primeiras surgiram no litoral. São Paulo, fundada em 1554, foi por muito tempo a única vila do interior do continente. Fundar uma vila significativa erguer um pelourinho, local onde se aplicava penas físicas principalmente aos escravos e símbolos da autoridade real; construir uma cadeia; instalar órgãos de cobrança de impostos; promover o povoamento; nomear funcionário e, sobretudo, criar uma câmara municipal.

A Câmara constituía o órgão de administração local. Compunha-se de seis membros: três vereadores, dois juizes ordinários e um procurador. Inicialmente todos eram escolhidos por meio de votação entre os grandes proprietários locais, os *homens bons*. Na prática, a Câmara se transformou num instrumento de poder dos homens ricos do lugar que, por muito tempo, desafiaram a autoridade dos funcionários nomeados

pela Coroa. A situação começou a mudar na segunda metade do século XVII, quando a Coroa passou a ampliar seu controle, intensificando a exploração da colônia.



O Domínio Espanhol no Brasil (1580-1640)

A morte do rei D. João III, em 1557, colocou no trono seu neto, o menino D. Sebastião. Até atingir a maior idade, o trono de Portugal teve dois agentes que administraram a Coroa: D. Catarina sua avó, e seu tio o Cardeal D. Henrique. Após ter governado por dez anos o reino português, D. Sebastião morreu em combate contra os mouros no norte da África. Pela falta de descendente diretos do rei, o trono voltou para as mãos do cardeal D. Henrique. Pelo mesmo motivo apresentado até aqui, com a morte de D. Henrique em 1580, o rei da Espanha, Felipe II, neto de D. Manuel, o Venturoso, invadiu Portugal e assumiu o trono lusitano, unindo Portugal e Espanha e dando início à União Ibérica.

A promessa de Felipe II de preservar relativa autonomia de Portugal e manter suas colônias sem submetê-las à Espanha garantiu à colônia portuguesa na América poucas mudanças políticas. Houve apenas substituição da metrópole que exercia o monopólio comercial e o controle administrativo. No entanto, o domínio espanhol aboliu o Tratado de Tordesilhas, o que favoreceu o avanço dos colonos portugueses em direção ao interior, permitindo a expansão do território, estipulada principalmente pela busca de metais preciosos.

O envolvimento da Espanha em diversos conflitos militares na Europa pôs seus inimigos contra a colônia portuguesa na América. Inglaterra, França e Países Baixos realizaram incursões ao território da colônia. Isso enfraqueceu a economia lusitana, acarretando um movimento pela restauração da autonomia, liderado pelo *duque de Bragança*. A liberdade aconteceu em 1640, quando o duque foi coroa rei de Portugal com o título de D. João IV, inaugurando a *dinastia de Bragança*.

Para combater as dificuldades econômicas herdadas do período anterior, o novo monarca intensificou a exploração e reforçou a administração colonial, criando o *Conselho Ultramarino*. A centralização política e a rigidez fiscalizadora da metrópole intensificaram-se com a ampliação dos poderes administrativos dos governos-gerais que subordinaram colonos e donatários, e a eliminação progressiva das capitânias particulares. Os inúmeros choques entre a Coroa e os interesses locais semearam as primeiras manifestações contra a autoridade metropolitana.

As capitânias hereditárias e os governos-gerais continuaram convivendo até o século XVIII, enquanto se dava a progressiva criação de capitânias da Coroa, como a da Bahia de todos os Santos e São Sebastião do Rio de Janeiro. Administradas por um governador nomeado pelo rei e, foram aos poucos substituindo as capitânias hereditárias particulares por meio de compra, ou por falta de herdeiros, ou ainda, por não se acharem efetivamente ocupadas.

O caráter militar das primeiras feitorias traduzia-se nos poderes que os colonos da época da instalação das capitanias apresentavam diante das contínuas ameaças internas e externas. Esse processo foi completado e continuamente aprimorado com a instalação do sistema de governos-gerais, firmando a ordem militar como meio de interpretação dos colonos às diretrizes metropolitanas. Até que surgiram os primeiros conflitos entre as elites proprietárias coloniais e o governo metropolitano, as milícias e toda essa organização militar funcionaram satisfatoriamente na exploração colonial.

Aula 03

História – 2º Ano Ensino Médio

Engenhos, Escravos e Senhores na América Portuguesa

Durante os primeiros trinta anos de contato entre europeus e indígenas na América portuguesa, as relações estabelecidas entre ambos eram basicamente de *escambo*. Os portugueses, e também os franceses, precisavam de mão de obra indígena para cortar árvores de pau-brasil e arrastar os troncos até as feitorias e embarcações. Além ainda, de os portugueses receberem o principal alimento de subsistência dos indígenas, a mandioca; em troca de colares e adornos, facas, machados, tecidos, etc., para continuarem a trabalhar de graça para os europeus.

Com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, a partir de 1530, as relações entre portugueses e indígenas se modificaram, e donatários e colonos passaram a explorar a mão de obra indígena com maior intensidade.

Vilas foram levantadas e havia muito mais gente para ser alimentada. O avanço da colonização deu início à escravização desses povos nativos e a uma série de conflitos, desencadeados pela resistência indígena. A questão se agravou com a chegada dos jesuítas em 1549. Contrários à escravização dos indígenas, os jesuítas iniciaram o processo de conversão deles ao catolicismo, mantendo uma tensa relação com os colonos.

A Atividade Açucareira

Os portugueses dominavam a técnica de produção de açúcar desde o século XV, quando iniciaram suas plantações nas ilhas do Atlântico. O açúcar produzido na Ilha da Madeira e nos Açores era distribuído na Europa, primeiramente por mercadores venezianos e genoveses e depois por flamengos (Flandres, hoje Bélgica) e holandeses. Os colonos lusitanos iniciaram a atividade açucareira também na América portuguesa, pois possuíam o conhecimento técnico necessário, além de uma rede comercial já estabelecida e terras em abundância.

A atividade açucareira na América portuguesa só se concretizou a partir de 1530. Apesar de Martim Afonso de Sousa ter instalado o primeiro engenho em São Vicente, foi na capitania de Pernambuco que o cultivo da cana-de-açúcar progrediu. O fértil solo de massapê, somado a hidrografia e ao clima quente e úmido, criou condições muito favoráveis à implantação dessa cultura. Além disso, a aproximação de Pernambuco com a metrópole favorecia o transporte e a comunicação. A participação financeira dos holandeses foi decisiva para a atividade açucareira, já que a produção de açúcar exigia grande número de escravos, instalações de alto custo e muita mão de obra especializada. A produção do açúcar no Brasil desenvolveu-se pro meio do sistema de *plantation* – grande propriedade monocultora, voltada para a exportação e com uso de mão de obra escrava.

O Engenho

Inicialmente, o engenho correspondia apenas às instalações onde a cana era transformada em açúcar, mas, com o tempo, a palavra engenho passou a nomear toda a grande propriedade produtora. O engenho possuía várias unidades. A casa-grande era a residência do proprietário e com uma mobília simples, servia como fortaleza, alojamento e administração. A senzala era uma instalação rústica na qual habitavam os escravos. Na casa de engenho, local de produção do açúcar, estava a moenda, a casa das caldeiras, a fôrnalha e a casa de purgar. Os trapiches, engenho movidos por tração animal, eram os mais usados por causa do baixo custo. Outra instalação importante era a capela, onde as pessoas se reuniam aos domingos e nas cerimônias, batismo ou óbitos. No século XVI, o açúcar branco produzido na colônia era vendido a Lisboa, de onde era transportado para Antuérpia a fim de ser distribuído pela Europa.

A produção de açúcar não foi a única atividade econômica do período colonial. O desenvolvimento de atividades complementares à economia açucareira foi crucial para consolidar o processo colonizador. A base da alimentação colonial era a mandioca, em forma de farinha grossa e misturada no feijão. Cultivada em terras marginais, destinadas às lavouras de subsistência, o plantio da mandioca era um trabalho ao qual

se dedicavam mamelucos, brancos pobres e negros livres, a pecuária também foi utilizada. O tabaco e a cachaça eram itens de exportação. Ambos eram usados como moeda de troca no comércio de pessoas escravizadas, na África.

A Sociedade do Açúcar: Casa-Grande e Senzala

Na sociedade colonial a família era a base da vida social, com o advento da atividade açucareira e o avanço da colonização, várias famílias surgiram: a dos escravos de origem africana; a das mulheres que eram únicas responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos; a de padres e suas concubinas e filhos; e a família patriarcal, dos senhores de engenho, legitimada pela igreja.

A miscigenação entre indígenas, europeus e africanos promoveu grande diversidade étnica. Novo Mundo houve certa tolerância com a diversidade étnica, que não existia na Europa, até porque os colonizadores que vieram para América portuguesa eram majoritariamente homens e formaram suas famílias unindo-se a mulheres indígenas, negras ou mestiças.

A Família Patriarcal

A família patriarcal era extensa, incluía a parte nuclear – esposa e filhos – e também filhos ilegítimos, de criação, parentes próximos e vários agregados. Todos estavam sob o domínio do senhor de engenho ou do grande proprietário rural. As mulheres da elite colonial era reservado o papel doméstico, de submissão e reclusão ao lar. Contudo, não faltaram mulheres que comandaram engenhos e importantes atividades comerciais. Mesmo as que viviam sob a opressão patriarcal reagiam à violência, iniciando processo de divórcio. Muitas dessas mulheres conseguiram conquistar relativa independência, vivendo da costura, da filiação ou do tingimento de tecidos.

Senhores e Escravos

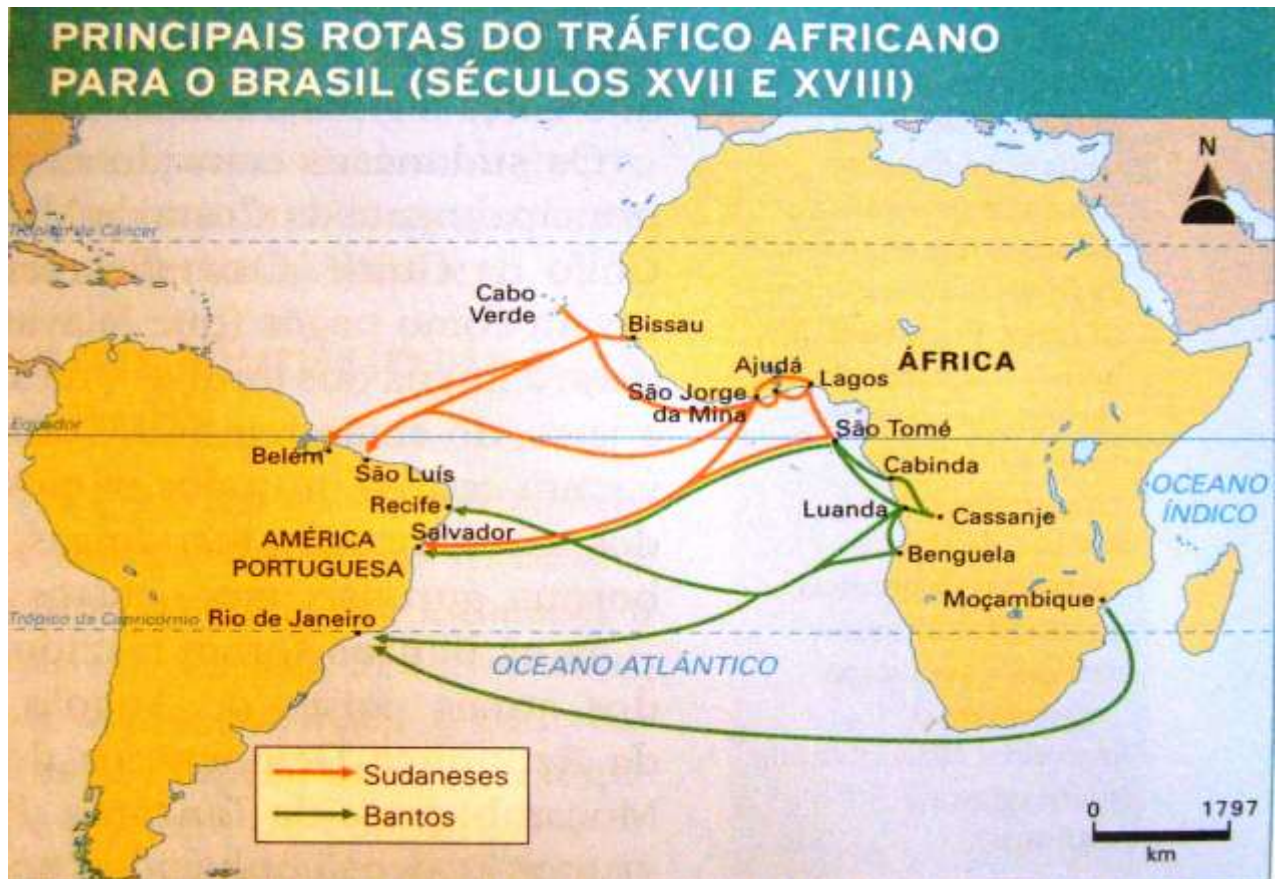
A marca mais profunda de divisão social na colônia era a distância existente entre senhores e escravos, brancos e negros. Entre os dois extremos haviam uma camada social formada por pequenos agricultores, artesãos e trabalhadores livres. Nos engenhos, trabalhadores especializados executavam diversas tarefas, como as de mestre do açúcar, purgadores, feitores e capitães do mato. No entanto, era a liberdade o principal indicador do lugar social dos indivíduos. De um lado estavam os trabalhadores livres e de outro, os que eram escravizados.

Indígenas e Africanos

Uma das questões centrais que envolviam a produção açucareira era necessidade de grande quantidade de mão de obra. No início da implantação do projeto colonial na América portuguesa, os colonos recorreram à escravidão indígena. Entretanto, as dificuldades eram grandes. Os jesuítas opunham-se, amparados na bula papal *Sublimis Dei* (1537), que permitia a escravidão indígena apenas em caso de “guerra Justa”. Além disso, outros fatores dificultaram a escravização dos indígenas, tais como a resistência, as migrações desses povos em direção ao interior e as doenças, que reduziram a concentração deles nas regiões costeiras.

A solução foi buscar mão de obra fora da colônia. Na época, a escravização e o tráfico de africanos já se apresentavam como um negócio muito viável e lucrativo. Ao chegarem à África, os portugueses encontraram um comércio de escravos já estabelecido, pois tal prática remontava aos impérios africanos e ao comércio com os árabes das rotas do sal e do outro *transaarianas*.

Desde o século XV, os portugueses ocuparam regiões africanas que serviriam de entreposto para o tráfico de pessoas escravizadas: a Costa da Mina, no golfo da Guiné, pontos em Angola e São Tomé e Príncipe. A demanda crescente pelos escravos na América acirrou os conflitos *Inter étnicos* africanos, gerando novos conflitos e mais prisioneiros, que eram trocados com os traficantes por fumo, cachaça e armas de fogo.



Aula 04

História 2º Ano Ensino Médio

A Luta dos Negros no Brasil e a Sociedade Branca

Desde a época do Antigo Egito, há mais de 4 mil anos, a escravidão era uma prática comum também no continente africano. Quando os portugueses chegaram a algumas regiões do litoral africano. A maior parte dos homens e mulheres escravizados era formada por prisioneiros de guerra. Os comerciantes portugueses perceberam que podiam conseguir grandes lucros com o comércio de escravos: passaram a incentivar guerras entre etnias africanas rivais, além de organizarem expedições militares com o objetivo de aprisionar homens, mulheres e crianças. Essas pessoas eram trazidas para várias regiões da América e vendidas por altos preços a fazendeiros, mineradores, comerciante, etc. também outros comerciantes europeus, principalmente os ingleses e os holandeses, se dedicaram nessa época ao lucro negócio do tráfico de escravos.



Os primeiros negros africanos foram trazidos para o Brasil, aproximadamente, em 1550, isso é cinquenta anos após a chegada dos primeiros portugueses. Os diversos povos que viviam na África não nomeavam a si mesmo como *negros* ou *africanos*. Eles se autodenominavam *bantos*, *huaçás*, *fula*, *ioruba*, etc. Essas eram algumas das nações africanas. Com isso eram reforçadas as diferenças existentes entre os povos africanos na aparência física, na língua, na cultura, na religiosidade, etc. Essa classificação pela cor e continente foi denominada pelo europeu para inferiorizar o homem africano, descaracterizando sua identidade, cultura, religiosidade e sociedade como um todo. Durante esse período mais de 4 milhões de *negros africanos* foram trazidos para o Brasil.

Uma vez nos portos brasileiros (Recife, Salvador e Rio de Janeiro), os traficantes aguardavam um determinado tempo para que as “peças” (negros escravos) se recuperassem da longa viagem. Afinal, não era apenas a qualificação, idade e o sexo que identificavam na cotação do cativo. A saúde e a aparência contavam muito no momento de se determinar o preço final de venda. Esse preço variou bastante no Período Colonial, porém os lucros gerados eram bastante significativos.

O historiador brasileiro Fernando Novais, considera que os interesses do capital mercantil europeu no tráfico atlântico foram decisivos para que a montagem do Antigo Sistema Colonial se estrutura-se com base na mão de obra escrava de origem africana. É inegável que o tráfico atlântico exerceu um papel preponderante no processo de acumulação primitiva de capital à época moderna.



Imagem de 1910, na África Equatorial: escravo negro aprisionado para ser vendido.

A Resistência Negra à Dominação no Brasil Colônia

Assim como os povos indígenas, os africanos e os afrodescendentes resistiram, de forma contínua, ao processo de escravização a que foram submetidos durante o Período Colonial. No continente africano, antes do processo expansionista europeu, os povos nativos estavam divididos em múltiplas etnias e se organizavam em clãs, tribos, reinos e unidades políticas de natureza e dimensões variáveis. Como já foi observada a diversidade cultural, assim como as características físicas, eram muito grandes.

Em 1482, na Guiné, costa da África, foi construído o primeiro entreposto português destinado à comercialização de escravos. Retirados de seu espaço natural e trazidos para o Brasil a partir do século XVI, os escravos africanos tornaram-se um elemento indispensável para o funcionamento do sistema colonial. Força de trabalho básica nos engenhos, nas minas e em várias outras atividades econômicas, inclusive urbanas, os escravos garantiam uma alta rentabilidade para senhores de terra, grandes mineradores e outros proprietários.

A resistência negra foi constante durante todo período de vigência da escravidão no Brasil e refletiu o inconformismo dos cativos com a sua situação. As formas de resistência foram individuais ou coletivas. Elas se traduziram, no primeiro caso, em suicídios, abortos voluntários e automutilações. No segundo caso, elas assumiram a forma de revoltas – com ataques aos engenhos, incêndio de propriedades, assassinatos de senhores, etc. –, de fugas em massa e formação de quilombos.

Os quilombos – ou mocambos – eram locais onde os escravos se refugiavam. Geralmente, eram formados em lugares de difícil acesso, como matas fechadas ou regiões montanhosas, para dificultar o trabalho de recaptura dos escravos pelos capitães do mato.

Os quilombos podem ser entendidos também como mecanismos por meio dos quais os africanos e os afrodescendentes recuperavam parcialmente a sua identidade cultural e espiritual, uma vez que as manifestações religiosas eram severamente reprimidas pelos proprietários e pelas autoridades civis e religiosas da Colônia. Ao longo da colonização portuguesa, e mesmo após a independência (1822), organizaram-se quilombos em várias regiões do Brasil, entre os quais os mais expressivos foram os seguintes:

- Quilombo do Buraco do Tatu – século XVIII, organizado próximo a Salvador, Bahia. Procuravam adquirir armas para assaltos a fazendas. Foi destruído em 1763.
- Quilombo do Ambrósio – século XVIII, organizado em Minas Gerais, próximo a cidade de Ibiá e Campos Altos. Formado por mais de duas mil pessoas, com reis rainhas. Destruído em 1759.
- Quilombo do Palmares – século XVII, organizado na Serra da Barriga, Alagoas. Duraram 74 anos – de 1630 a 1694, com uma população aproximada de 20 mil pessoas, possuía uma estrutura

política e militar, dirigido por Ganga-Zumba, o Zumbi. Foi o mais importante quilombo da resistência negra africana no Brasil. Por isso, o dia 20 de novembro é considerado o dia na consciência Negra, pois representa a data da morte de Zumbi.

Novos estudos indicam que a possibilidade de os escravos negociarem com seus senhores, inclusive suas alforrias, revelam que, mesmo com toda a violência imposta pelo regime escravocrata, havia abertura para negociações, que indicam também a constituição da família escrava e organização de roças para a subsistência familiar.

Os Negros e a Sociedade Brasileira Colonial

Diferentemente daquilo que o senso comum aceita como correto a respeito da “contribuição” dos africanos na formação sociocultural brasileira, novas pesquisas indicam que, particularmente em áreas nas quais o trabalho escravo de origem africana predominou, ocorreu uma “africanização” da cultura que se construiu em nosso país desde o Período Colonial.

De uma maneira geral, a historiografia relativa ao Período Colonial, baseada nas interpretações econômicas, sempre conferiu grande ênfase aos chamados “ciclos econômicos”, com destaque para os ciclos do açúcar e da mineração. No entanto, essa mesma historiografia nem sempre enfatizou a grande importância do trabalho escravo, sem o qual eles não existiriam da forma como são entendidos na atualidade.

Sem dúvida, a presença dos negros africanos e de seus descendentes na América portuguesa não apenas possibilitou a construção de um processo histórico extremamente singular, como também ressaltou *especificidades culturais únicas na formação da sociedade brasileira colonial*.



Um senhor e seus escravos, em foto de 1870.

Aula 05**História – 2º Ano Ensino Médio****Expansão Territorial: Bandeirismo**

Na América portuguesa, desde o século XVI os colonos foram os maiores adversários dos jesuítas. Preferiram, sempre que possível, obter escravos indígenas, mais baratos do que os africanos. No entanto, eram os chamados *mamelucos*, geralmente filhos de portugueses com índias, os oponentes mais diretos dos nativos. Os *mamelucos* eram homens que dominavam muito bem a língua nativa, chamada de *língua geral*, conheciam os segredos das matas, sabiam como enfrentar os animais ferozes e, por isso, eram contratados para *caçar indígenas*. Muitas vezes negociavam com os chefes das ladeiras a troca de prisioneiros por armas, cavalo e pólvora. Outras vezes capturavam escravos nas aldeias ou nos próprios aldeamentos dirigidos pelos missionários.

Esses *mamelucos* integravam as expedições chamadas de *bandeiras*. Alguns historiadores diferenciam as bandeiras, *expedições* de iniciativas particulares, das *entradas*, patrocinadas pela Coroa ou pelos governadores. Entre tanto, os dois tipos de expedição se confundiam, seja nos objetivos, seja na composição de seus membros, embora o termo entrada fosse mais utilizado nos casos de repressão de rebeliões e de exploração territorial.

Durante os séculos XVI e XVII, o objetivo principal das *entradas e bandeiras* era procurar riquezas no interior do continente, chamado na época de *sertões*, e escravizar indígenas, o que faziam com grande eficiência. Os participantes dessas expedições, fossem entradas ou bandeiras, eram em geral chamados de *bandeirantes*. Ao longo dos séculos XVII, o trabalho dos bandeirantes na exploração do sertão alargou os domínios portugueses na América, que ultrapassaram a linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494.

A União Ibérica e o Brasil Holandês

Em 1578, o jovem rei português D. Sebastião partiu à frente de numeroso exército para enfrentar o *xarife* do Marrocos na famosa Batalha de *Alcácer-Quibir*. Morreu sem deixar herdeiros e sua coroa passou para o Cardeal D. Henrique que era seu tio-avô, que morreu dois anos depois em 1580.

Felipe II, rei da Espanha, determinou a invasão a Portugal e se fez proclamar rei, com o título de Felipe I. Felipe era neto do rei português D. Manuel. Portugal passou, desde então, a integrar o império espanhol, governado pela dinastia dos *Habsburgos*. Iniciou-se assim a União Ibérica.

Durante esse período, algumas modificações importantes ocorreram na colônia. Em 1609, foi criado o Tribunal da Relação da Bahia, o primeiro tribunal de justiça no Brasil. No mesmo ano, uma lei reafirmou a proibição do cativo indígena. Em 1621, houve a divisão do território em dois estados: Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, este último mais tarde chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão subordinado diretamente a Lisboa, sem vinculação ao governo-geral do Estado do Brasil, com sede na Bahia. Outra inovação foram as visitas da inquisição, realizadas para averiguar a fé dos colonos, sobretudo a dos cristãos-novos, descendentes de judeus e suspeitos de conservar as antigas crenças em segredo.

No período da União Ibérica, as fronteiras estabelecidas pelo tratado de Tordesilhas foram atenuadas, uma vez que Portugal passou a pertencer à Espanha. Por meio dos avanços dos bandeirantes, os limites do Brasil se expandiram para oeste, norte e sul. Mas com essa união Portugal acabou herdando inimigos dos espanhóis, dentre eles os holandeses. E não tardou muito para que a atenção deles se voltasse para as prósperas capitanias açucareiras do Brasil.

A Conquista Holandesa

A investida dos holandeses contra o Brasil era, portanto, previsível. Amsterdã tornara-se o centro de um comércio forte no mar do Norte e se preparava para atingir o Atlântico e o Índico. Antes da União Ibérica, os portugueses haviam se associado aos holandeses no comércio do açúcar. O Brasil produzia o açúcar, Portugal o comprava em regime de monopólio, vendendo-o à Holanda, que o revendia na Europa.

A Espanha jamais permitiria a continuidade desse negócio. As relações entre Espanha e Holanda eram tão tensas que, em 1609, por prudência e estratégia, celebram uma trégua de 12 anos. Em 1602, holandeses fundaram a Companhia das Índias Orientais, que conquistaria diversos territórios hispano-portugueses no oceano Índico. Em 1621, fundaram a Companhia das Índias Ocidentais para atuar no Atlântico, cuja missão principal era conquistar o Brasil.

Em 1624, os holandeses atacaram a Bahia, grande capitania açucareira e sede do governo do Brasil. Conquistaram Salvador, mas não conseguiram ampliar seu domínio nem derrotar a resistência baiana, sendo expulsos da cidade no ano seguinte. Em 1630, foi a vez de Pernambuco, a capitania mais rica na produção de açúcar e com menor capacidade de defesa. No início desse ano, os holandeses conquistaram Olinda e Recife, obrigando o governador a retirar sua milícia. Tomaram as capitanias de Itamaracá, em 1632, o Rio Grande do Norte, em 1633, e a Paraíba no final de 1634.

Em 1637, o fidalgo João Maurício de Nassau, chegou ao Brasil com o título de governador inaugurando uma nova era de desenvolvimento na cidade do Recife. Nassau inaugurou inúmeras obras em fundou a Cidade de Maurícia, que valorizou a parte cultural que até então, não havia tido valor. Criou um jardim botânico, financiou artistas para retratar a paisagem e a vida colonial. Em 1641, tomou o Maranhão, no mesmo ano os holandeses tomaram a cidade de Luanda, em Angola, na África, e passaram a controlar o tráfico atlântico de escravos.

Em 1640, com o fim da União Ibérica, o Rei de Portugal D. João IV, tentou negociar com os holandeses a devolução dos territórios conquistados no tempo em que Portugal estava submetido aos espanhóis, mas os holandeses não cederam. Em 1644, Maurício de Nassau, volta para a Holanda, os colonos do Brasil resolveram enfrentar os holandeses, pois estavam endividados com a Companhia das Índias Ocidentais pelos baixos preços do açúcar, retomando assim o território ocupado em 1654.

O Movimento Bandeirista

Desde o início da colonização, foram organizadas expedições que, partindo do litoral, buscavam o interior como objetivo de encontrar metais preciosos. A partir da segunda metade do século XVII, o processo de interiorização tornou-se mais intenso com o movimento bandeirantista, contribuindo para a ocupação do território. Em relação a essa questão, é importante considerar a existência de três focos básicos do bandeirantismo:

- Apresamento de indígenas, praticado, principalmente, no extremo-sul e na região Amazônica;
- Sertanismo de contrato, particularmente intenso no Nordeste açucareiro, objetivando a captura de escravos fugitivos;
- Pesquisa mineral, que, partindo de São Paulo, dirigiu-se à região das minas, transpondo a Serra da Mantiqueira.

Apenas no final do século XVII houve a descoberta de metais preciosos e, a partir do descobrimento desta atividade no século XVIII, o comércio intenso se fortificou, assim como o tráfico Atlântico. O fato de o bandeirantismo paulista ter contribuído de maneira decisiva para a ampliação das fronteiras da Colônia além dos limites do meridiano de Tordesilhas levou muitos a exaltarem o feito dos bandeirantes. No intuito de legitimar a pujança atual do Estado de São Paulo e o dinamismo de sua economia, constituiu-se uma imagem mitificada e heroica dos bandeirantes. Eles são apresentados como desbravadores, descobridores de riquezas, fundadores de vilas e responsáveis pelo desenvolvimento e povoamento de vastas regiões.

Entretanto, os aspectos negativos do *bandeirantismo* são, invariavelmente, camuflados: a dizimação de povos indígenas, o deslocamento forçado de populações nativas e a pura e simples escravização, que transformou o índio em mercadoria, fazem do bandeirante um predador e um explorador como tantos outros estiveram e, ainda estão explorando as fronteiras do território Brasil.

Aula 06**História – 2º Ano Ensino Médio****A Mineração e a Colônia Brasileira**

Em fins do século XVII e início do século XVIII, com a descoberta das minas pelos *Bandeirantes paulistas*, iniciou-se o ciclo da mineração, que mais tarde iria possibilitar a articulação direta entre duas regiões – São Paulo e Minas Gerais –, cujos contatos, até então, era pouco significativos. A descoberta de ouro e diamantes – expectativa que desde antes da chegada de Pedro Álvares Cabral era idealizada pelos portugueses – impulsionou a ocupação de uma nova região, atualmente compreendida pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A descoberta das minas possibilitou, também, um relativo enriquecimento de determinados grupos sociais e um aumento populacional da própria região de São Paulo e áreas próximas, com destaque para Sorocaba e Taubaté.

No século XVIII, na região das Minas Gerais, iniciou-se a extração de ouro e diamantes. Dezenas de milhares de pessoas de várias regiões da colônia, principalmente de São Paulo, São Vicente, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, também muitos portugueses, dirigiram-se rapidamente para a região *aurífera* à medida que a notícia da descoberta do ouro nas Minas Gerais se espalhava. A vinda de portugueses foi tão intensa que a Coroa estabeleceu rigorosa legislação, dificultando a vinda de colonos. Temia-se, talvez com certo exagero, o *despovoamento do reino*.

A exploração *aurífera* foi, portanto decisiva não apenas na alteração do perfil demográfico da América portuguesa, mas também no próprio aumento populacional. Se em 1690, época da descoberta das minas, a população total da colônia era de aproximadamente 242 mil habitantes, excluídos os povos indígenas, em fins do século XVIII, o *século do ouro*, a população havia ultrapassado 3,2 milhões de habitantes. Desse total, aproximadamente 500 mil habitantes concentravam-se nos povoados, vilas e cidades que surgiram nas Minas Gerias.

O Ouro e a Revitalização da Economia colonial

A exploração aurífera revitalizou a economia colonial, bastante comprometida em função do declínio da agromanufatura açucareira do Nordeste, consequência da expulsão dos holandeses em 1654. A economia portuguesa, debilitada desde a época da Restauração, em 1640, quando Portugal recuperou sua independência em relação à Espanha, sofreu grandes transformações em função da descoberta do ouro. A ruptura dos vínculos comerciais com a Holanda havia fragilizado ainda mais a economia portuguesa, já abalada pelos custos decorrentes da luta contra holandeses no Nordeste brasileiro.

Na capitania de Minas Gerais originalmente vinculadas à de São Paulo, ao longo do século XVIII, a economia se tornou mais diversificada com o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, do artesanato, das atividades urbanas e do comércio. Tal diversificação contribuiu para a formação de uma sociedade predominantemente urbana, porém com poucas possibilidades de ascensão social, em especial para aqueles considerados *desclassificados do ouro*, ou seja, homens livres, mas destituídos de recursos. Entretanto, havia a possibilidade de mobilidade social, sobre tudo quando se compara essa sociedade com aquela que se desenvolveu na área da agromanufatura açucareira.

Nas cidades funcionavam os órgãos representativos do poder metropolitano que exerciam o controle, a fiscalização e a tributação de mercadorias, principalmente do ouro. Havia uma elite formada por funcionários da Coroa, dono de lavras (pedaços de terras) e escravos, autoridades religiosas e militares e grandes comerciantes, inclusive, traficantes de escravos. Com a atividade mineradora, a Coroa determinou a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, com o objetivo de maior fiscalização sobre a região das minas. Considera-se também, pelo porto, onde entrava uma grande quantidade de escravos para as minas e, carregamentos de ouro destinados a Europa.

Porém, a sociedade da região das minas apesar de assentada sobre o trabalho escravo como a sociedade açucareira, diferia desta também porque havia um expressivo grupo médio formado por pequenos proprietários de terras, pequenos comerciantes, artesãos, artistas, profissionais liberais, funcionários de baixo escalão e oficiais de baixa patente, além de clérigos.

A Inglaterra de Olho do Ouro Brasileiro

Para fazer frente às permanentes ameaças da Espanha à sua soberania, Portugal aproximara-se diplomática e politicamente da Inglaterra, com o intuito de obter apoio militar, se necessário. Essa aproximação consolidou-se exatamente no momento em que se iniciou a exploração *aurífera* no Brasil e levou à assinatura do *Tratado de Methuen* (1703) entre Portugal e Inglaterra. O impacto do *Tratado de Methuen* sobre a economia portuguesa foi expressivo, podendo-se destacar os seguintes pontos:

- Colapso das manufaturas portuguesas, que vinham apresentando certo desenvolvimento desde a restauração (1640);
- Crescente especialização da economia portuguesa na produção de vinho. É importante ressaltar que a comercialização da maior parte do vinho produzido em Portugal estava sob controle dos próprios ingleses;
- Expressivos déficits comerciais;

O período de apogeu da mineração se deu entre 1735 e 1755, quando a média anual alcançou, aproximadamente, 15 mil quilos, com o total da produção. Ao longo do século XVIII, cerca de 70% foi obtido em Minas Gerais. Além da extração *aurífera*, teve significativa expressão a exploração de diamantes, a partir de 1720, quando foram descobertas jazidas do Serro Frio, no *Arraial do Tejuco*, em Diamantina, Minas Gerais. Essa jazida forneceu ao mercado de pedras preciosas *3 milhões de quilates de diamantes*, isso significa, cerca de 615 kg de diamantes. Essas descobertas, somadas a produção aurífera, injetaram grandes recursos na economia portuguesa, a qual, conforme se observou, apresentava uma difícil situação na segunda metade do século XVII, em grande parte devido ao declínio da agromanufatura açucareira.

A Densidade Demográfica e o Comércio Interno

A atividade mineradora levou a um rápido processo de povoamento da região Centro Oeste. Vilas e cidades se multiplicaram, destacando-se Vila Rica – atual Ouro Preto, Mariana, Caeté, São João del-Rei, Sabará, Arraial do Tejuco, etc.

A grande densidade demográfica nessas regiões estimulou um intenso comércio interno que abastecia os centros mineradores de gêneros alimentícios, produtos manufaturados (ferramentas, roupas, utensílios, móveis, armas, etc.) e tropas de muares, animais resistentes às regiões montanhosas das Gerais. Importantes atividades artesanais desenvolveram-se nos núcleos mineratórios, articulando diversas regiões econômicas do Brasil, como o extremo sul, cuja produção de charque em grande parte se destinava à sociedade das Gerais.

O Regimento das Minas, 1702

Por esse documento, institui-se a *Intendência das Minas*, órgão especial diretamente subordinado ao Conselho ultramarino, localizado em Lisboa. Este, diretamente subordinado ao rei era responsável por toda administração colonial, sendo um órgão de caráter deliberativo e decisório. Cabia à Intendência das Minas o controle, a fiscalização e a distribuição dos *lotes auríferos* “*datas – documento de posse*”, levando em consideração para esse fim o número de escravos que os mineradores possuíam – o que possuíam o aumento da extração por data e, assim, o aumento da arrecadação por parte da coroa.

Com o aumento da extração aurífera, ampliou-se também a carga fiscal sobre a atividade. A pressão tributária da Coroa portuguesa levou à montagem de um complexo aparato burocrático nos centros de mineração, cujo objetivo era, em última instância, estabelecer um rígido controle para evitar a sonegação e ampliar ao máximo as receitas do próprio Estado. Assim diversos impostos foram sendo criados:

- Capitação, impostos instituídos em 1703 e cobrados sobre o número de escravos utilizados no garimpo;
- Finta, sistema de cotas anuais de arrecadação do *quinto*, instituído em 1713, com seu valor fixado em arroubas (450 Kg de ouro);

- Quinto régio do ouro, tributo cobrado pelo Estado sobre o ouro extraído e que equivalia a 20% do total declarado pelo minerador. Era cobrado nas *Casas de Fundição* (1719), onde todo o ouro produzido na capitania deveria ser fundido, *quintado*, isto é, retirada a quinta parte pertencente à Coroa; em seguida, ele era transformado em barras de tamanho e peso variável, que eram marcadas com o selo real e, posteriormente, devolvidas aos seus proprietários;
- Bateia, instituído em 1715, consistia em um tributo por bateia (tipo de bacia para mineração) cobrado de cada minerador e equivalente a 40 gramas de ouro em pó;
- Direito de entrada, criado em 1710, era pago nas três passagens legais que vinha do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; iniciada sobre os produtos “secos e molhados”;
- Direito de passagem – criado em 1711, era uma espécie de pedágio e incidia sobre os indivíduos e os animais em trânsito para Minas Gerais;
- Derrama – instituído em 1765, consistia na cobrança oficial e forçada dos quintos em atraso que, a partir de 1750, deveriam alcançar, pelo menos, 100 arrobas (1,5 mil Kg) anuais para toda a capitania de Minas Gerais.

A decadência da atividade mineradora decorreu do esgotamento natural das jazidas e das dificuldades técnicas para a extração em profundidade. Essa decadência modificou o contexto socioeconômico predominante durante o século XVIII. No entanto, a partir de então, a maior dinamização do mercado interno e o desenvolvimento da atividade agropastoril, sem relação com a grande produção voltada para o mercado externo realizada nos latifúndios principalmente da região nordeste, deu nova vida à antiga área da mineração. De uma maneira geral, grande parte da historiografia perpetua a ideia de que com o esgotamento das minas houve uma decadência da economia da capitania de Minas Gerais, inclusive com uma redução de sua população. Pesquisas recentes revelam que. Ao contrário do senso comum, a capitania apresentou um grande dinamismo socioeconômico no final do século XVIII e no início do século XIX.

Aula 07

História – 2º Ano Ensino Médio

Os Filósofos do Iluminismo

A partir do século XVI, a Europa passou por importantes transformações, especialmente no campo das ideias. Durante a Idade Média, a religião dominou a vida social. Esse quadro começou a mudar com o Renascimento Cultural e, em seguida, com a Reforma Protestante. Os artistas do Renascimento exaltaram a figura e a dignidade humanas. A Reforma religiosa, por sua vez, propôs o contato direto entre o homem e a divindade, sem a intermediação de padres e bispos. Se for possível dirigir-se diretamente a Deus, por que não pensar por si mesmo?

Por outro lado, no campo político, a Revolução Inglesa no século XVII contestou as monarquias absolutistas. Depois de executar o rei Carlos I e de derrubar Jaime II do trono, a sociedade inglesa constituiu mecanismos que asseguraram maior participação política aos setores burgueses em ascensão e também às camadas médias.

No século XVIII, essas tendências convergiram na direção de grande mudança do pensamento ocidental. Por toda a Europa surgiram filósofos que se opuseram aos *dogmas religiosos* e ao fanatismo. Segundo esses pensadores, só a razão poderia conduzir o ser humano à maior idade intelectual e moral. Esse movimento ficou conhecido como *Ilustração ou Iluminismo*, os filósofos associados a ele foram chamados de Iluministas e o século XVIII, tempo em que viveram, recebeu a denominação de *Século das Luzes*.

A expressão que foi usada para simbolizar a iniciativa dos iluministas era “ousar saber”. Diante da tradição medieval, religiosa e absolutista que dominava a sociedade desse período, essa postura independente caracterizava-se como uma ousadia intelectual que se foi disseminado nas posturas e atitudes concretas do cotidiano das pessoas.

Os Iluministas e Suas Teorias

John Locke e a Teoria política

A obra mais importante de Locke é sobre assuntos políticos foi o *Segundo tratado sobre o governo civil*, escrita em 1689. Nesse tratado o autor formula uma teoria sobre a fundamentação e a legitimação dos governos. Contrariando a ideia de legitimidade do poder monárquico por meio de um mandato atribuído por Deus ao rei, Locke defendia que apolítica e as diferentes formas de seu exercício eram invenções humanas. Assim, a sua legitimidade só podia ser buscada na esfera humana.

Com essa afirmação, o filósofo sustentava que a autoridade política dos monarcas residia num contrato social firmado pela sociedade civil, que transferia seu poder a um governante. No entanto, a garantia de que esse poder não fosse utilizado de forma autoritária e contra os interesses da sociedade era o fato de ele não ser absoluto. Essa perspectiva, formulada nas últimas décadas do século XVII, seria retomada e ampliada pelos filósofos franceses do século XVIII.

François-Marie Arouet – Voltaire

Um dos mais importantes filósofos do Iluminismo era um crítico e irônico escritor com espírito independente. Foi preso diversas vezes pelo crime de opinião. Entre suas obras principais podemos destacar *O Tratado sobre a tolerância*. Voltaire assumiu uma postura engajada contra a ignorância, a superação e o fanatismo de sua época. E a forma privilegiada de combater a tradição era o conhecimento racional da realidade, que levaria necessariamente ao progresso da civilização, único caminho para o ser humano atingir a maioridade. Para o filósofo, era o homem que fazia a sua história.

Jean-Jacques Rousseau

Rousseau direcionou seus interesses filosóficos, como o de Locke, formulou as compreensões das formas de relações entre o Estado e a sociedade. Elaborou a sua obra *O Contrato Social*, defendendo a tese de que todo o poder político origina-se de um acordo firmado entre a sociedade e os governantes.

No entanto, singularizando-se entre os pensadores do Iluminismo, ele discutiu criticamente a noção de propriedade privada, que em sua concepção, estava na origem da desigualdade entre os homens.

Outra peculiaridade do pensamento de Rousseau foi o seu conceito de “soberania popular”, que deveria ser a forma de manifestação da vontade da sociedade serviu por meio do “sufrágio universal”.

Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu

Voltou-se para relação do direito e poder, seu primeiro trabalho importante foi as *Cartas persas*, em que analisam de forma satírica as instituições, os usos e costumes franceses. Nessa obra ele manifestou suas críticas à monarquia absolutista e os abusos da Igreja. A obra mais importante de Montesquieu foi *O espírito das leis*, em que analisava diversas instituições e leis, em diferentes sociedades, buscando compreender os fatores que determinam a criação delas. A principal questão abordada é a *divisão de poderes*, que busca solução prática para problema que outros filósofos só analisam teoricamente.

Por meio da convicção de que o maior defeito do Absolutismo é a concentração dos poderes nas mãos dos monarcas, Montesquieu sugeriu a divisão desses poderes: *Executivo, Legislativo e Judiciário*, que seriam ser exercidos por grupos diferentes da sociedade e mutuamente fiscalizados.

Denis Diderot – Jean d’Alembert

Foi um filósofo materialista e anticlerical. Sua maior obra foi o *Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios*, “a Enciclopédia”, organizado junto com o matemático *Jean d’Alembert*. Diderot queria que sua obra difundisse uma concepção de mundo livre de influências religiosas e metafísicas. Muitos filósofos, cientistas, artistas, teólogos e artesãos colaboram com essa obra. Durante o século XVIII, também podemos encontrar importantes contribuições na área da economia. Os pensadores da Ilustração elaboraram muitas críticas aos procedimentos econômicos das monarquias absolutistas, como o protecionismo e outras práticas mercantilistas.

Adam Smith

É considerado o fundador da economia política. Em sua principal obra, *A riqueza das nações*, (1776), ele defendia que a intervenção do Estado na economia, além de não ser eficiente, era desnecessária, já que o mercado possuía mecanismos próprios de regulação. Assim Isaac Newton havia estabelecido as leis naturais do movimento dos corpos, Adam Smith acreditava ser possível determinar as *leis naturais da economia*, ou seja, os mecanismos através dos quais o mercado é capaz de regular a atividade econômica, corrigindo as distorções que surjam. Essa capacidade foi chamada de “a mão invisível do mercado”. Entre esses mecanismos estavam a livre concorrência e a divisão do trabalho, que contribuíam para reduzir os custos de produção e os preços das mercadorias, e favoreciam as inovações tecnológicas.

Aula 08

História – 2º Ano Ensino Médio

Revolução Inglesa

No século XVI, o tema “religião” era discutido por toda a Europa. A cristandade ocidental perdera a unidade. Ocorria, então, o confronto entre catolicismo e protestantismo. Além das questões de fé, as disputas envolviam também interesses políticos e econômicos. Muitos nobres e reis desejavam livrar-se da influência do papado, apoderando-se das terras e das riquezas acumuladas pela Igreja.

Na Inglaterra, o rei Henrique VIII liderou a ruptura com o catolicismo de Roma, criando uma igreja nacional comandada pela Coroa, a Igreja Anglicana. Mas, apesar de tornar-se o chefe dessa igreja, o rei inglês não governava sozinho. Desde o século XIII, com a assinatura da Magna Carta, ele tinha de respeitar as decisões do Parlamento, principalmente em relação à criação de impostos. Mesmo um monarca autoritário como Henrique VIII não ousou desafiar essa tradição. Em vez de ignorar o Parlamento, ele preferiu manipulá-lo. O próprio rompimento com Roma atendia a uma reivindicação da sociedade, que se tornava cada vez mais anticatólica.

Contudo, o caráter oficial da Igreja Anglicana desagradou muitos grupos, que aderiram a outras Igrejas reformadas. No início do século XVII, os protestantes ingleses disputavam entre si a hegemonia religiosa no reino, chocando com as pretensões absolutistas dos reis da *dinastia Stuart*.

Profundas Mudanças Sociais

Ao longo do século XVI, a Inglaterra passou por profundas transformações em sua organização social e econômica. Nas cidades e nos campos, a burguesia e os pequenos proprietários rurais viam seu poder crescer com o aumento do comércio e da produção local de tecidos.

A dinastia Tudor, surgida em 1485, no final da Guerra das Duas Rosas, que enfraquecera parte da grande nobreza inglesa, desejava ampliar seu poder. Como estratégia, os reis Tudor aliaram-se à nascente burguesia para enfrentar os grupos que se opunham ao fortalecimento da coroa: a nobreza e, principalmente, a Igreja Católica.

Uma Aliança Estável

O anglicanismo extinguiu os mosteiros católicos, o que permitiu à Coroa confiscar as enormes e ricas propriedades dos mosteiros. A antiga estrutura de bispados e paróquias foi mantida, mas não era mais subordinada ao papa de Roma, e sim ao rei inglês. O rompimento com o papa foi bem recebido por grande parte da produção, que aderira à Reforma Protestante.

As terras confiscadas da Igreja foram vendidas pela coroa à burguesia e à pequena nobreza, reforçando a aliança que existia entre elas. Em 1603, três quartos das terras antes pertencentes à igreja de Roma na Inglaterra estavam nas mãos de pequenos e médios proprietários rurais. Contudo, no início do século XVII, a aliança estável entre Coroa e burguesia e pequena nobreza começou a entrar em crise na Inglaterra. Essa crise coincidiu com a ascensão de uma *nova dinastia, a dos Stuart*. Com a morte de Elizabeth I, seu primo Jaime Stuart, rei da Escócia. Coroado como Jaime I rei da Inglaterra, o novo rei passou a governar diferente da dinastia anterior, os Tudor.

Anglicanos e Puritanos

A Inglaterra anglicana representava a adesão do Estado inglês à Reforma Protestante, mas apenas em parte. Apesar de terem rompido com o papa, os anglicanos conservavam a estrutura hierárquica da Igreja Católica, baseada nos *bispos*, também os principais *sacramentos e liturgias* do catolicismo. Os bispos anglicanos, vivendo luxuosamente junto às grandes catedrais herdadas do catolicismo, faziam o papel de agentes de propaganda do rei, os sermões dos sacerdotes anglicanos afirmavam que o maior dos pecados era a desobediência à Coroa.

As ideias calvinistas, que pregavam uma ruptura muito mais radical com o catolicismo, possuía, porém, muitos adeptos na Inglaterra. Os vários grupos protestantes de inspiração calvinista surgidos na

Inglaterra no século XVI eram chamados pelo nome comum de *puritanos*, por defenderem o que acreditavam ser uma interpretação pura da Bíblia. Os *puritanos presbiterianos*, maioria entre a burguesia e os pequenos proprietários, defendiam que a Igreja fosse comandada por *assembleias eleitas*. As crenças dos puritanos eram, em geral, contrárias aos interesses da Coroa, que desejava uma Igreja Anglicana forte, sob o comando do Rei. A política absolutista de Jaime I resultou na perseguição aos puritanos e no aumento da tensão social.

Monopólios Impopulares

A criação dos monopólios causou profunda crise de descontentamento em vários grupos social da Inglaterra. A burguesia ansiava pela liberdade de produzir, comprar e vender o que pudesse nas condições do mercado. A população mais pobre sofria com o aumento dos impostos sobre gêneros de primeira necessidade, as manufaturas sofriam para se manterem em produção, pois o monopólio criava problemas de comercialização.

O Agravamento da Crise

Quando Jaime I foi substituído por seu filho Carlos I, em 1625, o conflito entre as práticas da Coroa alcançou um ponto crítico. Foi no Parlamento que esse conflito fez-se mais evidente. A principal função do Parlamento – que não era permanente sua formação – era a aprovação de novos impostos propostos pelo rei. Na prática, era uma forma de controlar o governo, dado que sem dinheiro o rei não podia contratar soldados nem funcionários que programassem a política da Coroa.

O Parlamento inglês era formado por duas assembleias: a *Câmara dos Lordes*, na qual se reuniam a grande nobreza e o alto clero anglicano; e a *Câmara dos Comuns*, composta basicamente por membros da pequena nobreza, da burguesia e pequenos e médios proprietários. A Câmara dos comuns reunia, portanto, os setores presbiterianos contrários à Igreja Anglicana e a um aumento do poder real que impedisse a livre atividade mercantil e a circulação de capitais.

Vários conflitos ocorreram com o descontentamento do governo de Carlos I, sem apoio da sociedade a pressão sobre o rei era enorme, pois com a necessidade de manter-se no poder, mandou fechar o parlamento causando insatisfação social.

A Guerra civil

Iniciado o conflito entre Coroa e o Parlamento, a Inglaterra se dividiu. Entorno de Carlos I agruparam-se a maior parte da nobreza, os bispos da Igreja anglicana e alguns grandes burgueses que temiam a revolução social faziam parte do norte e o oeste da Inglaterra. No sul e o leste ingleses, incluindo a cidade de Londres, região onde a manufatura e o comércio eram mais prósperos e os puritanos predominavam, ficaram em grande parte do lado do Parlamento. Os soldados do rei eram conhecidos como *Cavaleiros*, pertenciam a grupos feudais armados, em geral possuíam experiência militar. As tropas do Parlamento, conhecidas como Cabeças Redondas, em referência ao corte de cabelo dos puritanos, vinham basicamente do povo sem habilidade bélica.

O Rei Derrotado

Em 1645, as tropas realistas se renderam. O Parlamento venceu e passou a governar toda a Inglaterra. Carlos I, que tentara escapar para a Escócia, foi capturado pelos escoceses e enviado a Londres, onde permaneceu preso. Com a derrota do rei, os burgueses e os grandes proprietários, além dos nobres realistas, desejavam reestruturar a monarquia e manter tudo como estava. Formavam o grupo dos Presbiterianos. Os pequenos proprietários, os artesãos, os pequenos comerciantes e mesmo parcelas da pequena nobreza desejavam, porém, avançar nas reformas. Esses *puritanos radicais* ficaram conhecidos como *Independentes* e possuíam grande poder por formar a base do Exército de Novo Tipo.

Em Janeiro de 1649, Carlos I foi decapitado pondo fim ao poder absolutista na Inglaterra. Em maio foi proclamada a República da Inglaterra, tendo um governo autoritário com um líder puritano *Oliver Cromwell*. Apesar da execução do rei e da proclamação da República, o governo republicano não representou a vitória dos ideais dos independentes, que foram perseguidos.

Aula 09

História – 2º Ano Ensino médio

Revolução Industrial

Introdução

A partir do século XVII, as mudanças da realidade do mundo estavam em transformações, novos achados da ciência produziam novos elementos tecnológicos, eram constantemente evidenciados em uma sociedade em desenvolvimento. Novos tempos estavam por vir, o crescente capitalismo formava uma sociedade em busca de novos horizontes econômicos. O século XVII ficou conhecido como o século da Revolução Científica, pois o cientificismo imperou em um auge para um desenvolvimento de uma nova era; a Revolução Industrial da Inglaterra no século XVIII.

Revolução Industrial – Revolução – novo ciclo – Industrial – produção em grande escala

É um conjunto de práticas e transformação que ocorreu na Europa Ocidental no século XVIII e XIX; diretamente relacionadas, a substituição do trabalho artesanal, que utilizava ferramentas manuais, para um trabalho assalariado, onde predominava o uso de máquinas na produção.

A Conjuntura Formada para o Desenvolvimento Industrial – O Absolutismo

Dentro de cada processo de mudança ou ruptura de uma continuidade de um sistema, que pode ser político ou econômico, religioso ou social, existem elementos que definem como se constrói a nova ordem, que organiza a vida dentro de um Estado. Essa formação de uma unidade de poder, que viabilizou o desenvolvimento da Revolução Industrial foi à unificação do poder em uma só pessoa, o Rei.

Essa prática de sistematização unificada do poder em um Rei ficou conhecida como Absolutismo Monárquico; pois centralizava o poder do Estado no Rei. Esse representava toda sociedade, a economia, religião e a política do Estado Nacional.

A Estrutura para o Desenvolvimento Industrial

Para dar sustentação à conjuntura Absolutista, a estrutura criada foi fundamental para manutenção do desenvolvimento industrial e formação de um estado forte economicamente. Ao longo da idade Moderna, a burguesia inglesa acumulou capital – por meio de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e de um comércio em expansão – que deu impulso ao processo industrial.

Alguns fatores contribuíram para que a burguesia expandisse o comércio marítimo e acumulasse capitais: a Inglaterra possuía a mais importante “zona de livre comércio da Europa” e “um sistema de crédito financeiro bem desenvolvido, desde a fundação do Banco da Inglaterra em 1694”. Os donos de capitais investiam nas fábricas e adquiriam propriedades rurais, modernizando métodos de produção que incluíram a introdução de máquinas na agricultura. – consequência do êxodo rural. O investimento no campo gerou um aumento de produção agrícola. Ao mesmo tempo, a medicina se desenvolveu com o racionalismo iluminista, combatendo algumas epidemias. Esses fatores acarretaram o aumento de população, que nas grandes cidades, repercutiu com um aumento de mão-de-obra para as indústrias, em troca de baixos salários.

Além desses fatores, as condições geográficas da Inglaterra, favoreceram ao pioneirismo industrial inglês. Como exemplo, o fato de a Inglaterra ser uma ilha e situada a margem da Europa Ocidental, facilitou o acesso ao comércio marítimo e a exploração de grandes mercados ultramarinos, além da exploração das jazidas de carvão para suprir de energia as indústrias.

Capitalismo

Conjunto de atividades de sociedades em que vigoram as ideias de concorrência econômica, de livre iniciativa, e relações de produção baseadas no trabalho assalariado. As relações capitalistas ocorrem através do comércio (distribuição), indústria (produção), e financiamento (setor bancário). Tais relações surgiram na

Europa entre os séculos XVI e XIX e foram estendidas aos demais continentes. A doutrina político-econômica que defende os ideais capitalistas chama-se liberalismo.

Do Artesanato à Produção Mecanizada

A atividade de transformação de matérias primas era feita de modo artesanal e o produtor (artesão) controlava as diversas fases da produção. Além de dominar todo o processo produtivo, o artesão era dono das matérias primas e dos instrumentos de produção – a oficina e as ferramentas.

A pesar da forma artesanal, caseira, ser a mais comum, na Inglaterra e França, a produção também era organizada em manufaturas – grandes oficinas onde o artesão era o dono de todas as ferramentas e matérias primas. Nas manufaturas, foi implantado um processo de divisão do trabalho que deu origem “as linhas de produção e montagem”. O estágio da “produção mecanizada” – maquinofatura – nas fábricas foi atingido quando os avanços técnicos, aliados ao aperfeiçoamento dos métodos produtivos, propiciaram a criação das máquinas industriais.

Transformação na Sociedade Industrial

As relações de trabalho também se modificaram na Inglaterra; muitos camponeses mudaram-se para as cidades, em busca de empregos nas fábricas. Mas esse trabalhador rural, não tinha um vínculo com as indústrias fabris inglesas, tendo somente a sua força de trabalho, que era “vendida” como uma mercadoria, em troca de salário. Desenvolveu-se então uma posição social: de um lado, os empresários industriais, donos dos meios de produção das fábricas; do outro, os operários industriais, trabalhadores assalariados das indústrias.

Exploração do Trabalhador

Para desenvolver suas empresas, os industriais buscavam liberdade econômica, ampliação dos mercados consumidores e mão-de-obra barata. Com o objetivo de aumentar os lucros, os empresários industriais pagavam baixos salários e exploravam ao máximo a capacidade de trabalho dos tabeladores; toda a família trabalhava mais de 15 horas diária.

Impacto do Avanço Industrial

A Revolução Industrial consolidou o capitalismo nas sociedades em que se instalou. Aos poucos, a indústria passou a disputar com o comércio a condição de principal setor de acumulação de riquezas. Foram muitas as consequências sociais e transformações ocorridas com o desenvolvimento das indústrias.

Resistência Operária

A exploração do trabalho humano gerou conflitos entre operários e empresários em todo o mundo industrializado. Em alguns casos, houve invasões de fábricas e quebra de máquinas, visto que, os trabalhadores acreditavam que sua situação de explorados, era culpa das máquinas.

Posteriormente, muitos perceberam que a luta não deveria ser contra as máquinas, mas contra o sistema capitalista industrial de exploração. Essa ‘consciência’, surge no final do século XVIII, com organizações operárias, que iniciaram a luta em busca de melhores condições de trabalho e um salário mais justo – surgem os primeiros sindicatos.

Urbanização, Transporte e Comunicação

O desenvolvimento urbano na Inglaterra deu-se por um aumento de concentração de indústrias e grande massa de trabalhadores nas cidades. Em 1750 a Inglaterra possuía 6,5 milhões de habitantes; e no mesmo ano ultrapassou os 16 milhões de habitantes. Em 1851 passou para 27,5 milhões de habitantes.

No transporte foi significativo o desenvolvimento, pois contribuiu diretamente para o setor de comunicação, sem os quais, seria impossível vender as mercadorias industrializadas. Foram produzidos: navios, automóveis, telégrafos e o telefone.

Divisão do Trabalho e Alienação

Para aumentar a produtividade industrial, o trabalho do operário foi substituído em múltiplas operações, dando origem as “linhas de montagem”, com isso o operário perdia a noção de conjunto de processo produtivo. Dividindo o trabalho, também se dividia o conhecimento do trabalhador, o que conduziu à sua especialização nas tarefas e alienação no que diz respeito ao processo produtivo.

Expansão da Revolução Industrial

- 1ª etapa – 1760-1860.

Ficou limitada a Inglaterra, o maior destaque foi o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão, com a utilização de tear mecânico. O aperfeiçoamento das máquinas a vapor teve extrema importância para o progresso das fábricas.

- 2ª etapa – 1860-1900.

Espalhou-se por algumas regiões da Europa Ocidental e Oriental; atingindo países como Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. Ganhou espaço em outros continentes como na América do Norte e Japão. Nessa etapa, as principais inovações técnicas foram a utilização do aço no lugar do ferro, aproveitamento de energia elétrica e petrolífera e outras invenções.

- 3ª etapa – século XX.

Grandes avanços tecnológicos vêm repercutindo intensamente na produção econômica e no trabalho no mundo como um todo. O impacto de novas tecnologias, como computadores, robótica, microeletrônica e engenharia genética; tem trazido cada vez mais uma generalização sistêmica, que viabilizava e afastava o trabalhador, cada vez mais do seu ofício, causando um aumento do desemprego em nível mundial.

Novas Ideologias

Liberalismo Econômico

Entre as teorias que justificam a sociedade industrial capitalista, destacou-se o liberalismo econômico, defendido por teóricos como Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. Cada autor defendia uma maneira das ações capitalistas e seus mecanismos de controle econômico.

Marx e Engels

Esses dois teóricos foram os precursores da elaboração da corrente socialista ou o dito marxismo. Na sua obra O Manifesto Comunista e outras como O Capital, os conceitos básicos de uma ação socialista se apresentam da seguinte forma:

- *Dialética* – a natureza e a sociedade passam por um processo permanentemente de transformação.
- *Modo de produção* – toda a sociedade possui uma base material – estrutura – representada pelas forças de produção econômica e pelas relações sociais de produção. Esse modo de produção condiciona, de maneira geral, a vida social, política e intelectual.
- *Luta de classe* – “o motor da história humana” é a luta de classe, que só termina com a construção da sociedade comunista perfeita. Nela desaparece a exploração de classes e as injustiças sociais.

Aula 10

História – 2º Ensino Médio

Os Últimos Anos do Antigo Regime e as Causas da Revolução Francesa.

Introdução

As características, que formam um processo revolucionário têm uma profunda importância na compreensão e legitimação da palavra *Revolução*. As causas que levaram a uma busca de outro momento político, econômico e social, visando uma sociedade mais compacta observando uma melhora para fins comuns, têm como objetivo uma organização social e política mais justa. Os elementos que formam a base de uma Revolução são geralmente interesses para um novo modo de vida, onde com uma política econômica definida, pode transformar a sociedade, como aconteceu com a Revolução Francesa, aonde a burguesia chegou ao poder com a expansão do capitalismo que antes da Revolução já pedia passagem para transformação da sociedade francesa do século XVIII.

Revolução como “*movimento de um astro, em redor de outro*”, como exemplo citado, esse movimento representa o antagonismo da população da França, onde começa a se definir os elementos que circundam o processo revolucionário, ou seja, legitimam as ações que definirão a Revolução Francesa. Todo o processo que se instalou na sociedade francesa no século XVIII procede da insatisfação da maioria da população, onde cabia a eles a manutenção do Estado Absolutista, sendo que o poder centralizado, com suas taxas elevadíssimas, estava por vês efetivando o empobrecimento do povo para manter e regulamentar o poder da monarquia.

Com o *antagonismo* do povo explícito, com a fome batendo a sua porta, as taxas cobradas pela monarquia, não havendo um investimento interno, não tendo interesse de encontrar meios de produção que favorecesse uma obtenção de recursos; todos esses fatores fizeram emergir elementos que posteriormente favoreceram a Revolução e a modificação da estrutura de governo na França.

Podemos observar um dos elementos que em conjunto com outros fatores, fomentaram um processo revolucionário na França absolutista, ou seja, a representação econômica. A política necessitava de uma reformulação, pois, com os ‘*impostos*’ elevadíssimos, ficava cada vês mais incoerente manter o poder centralizado, visto que, as taxas cobradas não tinham mais a consistência de manter o Antigo Regime, e a pequena burguesia pedia uma abertura de mercado comercial, onde tentavam amenizar as dificuldades existentes, dessa forma legitima-se a manifestação e *eclode a Revolução Francesa*.

Sociedade Francesa no Século XVIII

A organização da França estava dividida em três ordens (Estados), em um formato hierárquico, sendo compostos pelo alto *Clero, Nobreza e Povo*. O *clero formava o primeiro Estado*, detinha o poder e dever de cuidar do espírito, da alma e pregar e efetivar a palavra divina como sendo a única existente de verdade. A *nobreza formava o segundo Estado*, a essa destinava o poder de mando nas questões diplomáticas e decisões sobre os caminhos que a França deveria seguir, ou seja, detinha o poder legislativo, executivo, e judiciário. O povo, que formava o terceiro Estado, cabia por sua vez, produzir e manter os luxos do primeiro e segundo Estado, sendo deles a responsabilidade de manutenção e receita fiscal.

Essa *estratificação social* no século XVIII, já vinha pertencente da Idade Média, onde as ordens e que formavam e mantinham o poder centralizado nos feudos, onde os camponeses é que mantinham essa estrutura social medieval, que ainda empregada prática no século XVIII pela monarquia. O *terceiro Estado* é o mais completo, pois em seu interior existe outra estratificação social que o formava, composto de uma pequena burguesia de comerciantes, artesões, profissionais liberais e pelo camponês, sendo esses grupos encarregados de manter o estado Francês em sua íntegra.

Podemos definir em análise, como uma *hierarquia existente medieval*, que somado aos Estados, estava decidida em manter padrões e estruturas que já vinham preestabelecidas, não se adaptando ao movimento de modernização que a Europa vinha sofrendo, visto que, a Inglaterra já tinha se transformado e vivia o seu momento tecnológico de supremacia. As ordens tinham suas hierarquias com forme suas especificidades, ou seja, a ascensão ao clero, por exemplo, era obtida através do *sangue da nobreza*, com

legitimidade de uma ‘*vocação divina*’ ou se recomendada pelo rei, que também, definia os ‘direitos’ e ‘privilégios’ que o primeiro e segundo estado gozavam.

A nobreza detinha o poder jurídico, usufruía de seu poder para submeter à plebe a seu comando, possuía um alto índice de bens que eram cobrados do povo, visto que, não se colocava como um pagador de impostos, mas sim um arrecadador do mesmo, também formava os aumentos de taxas conforme a sua necessidade. O clero como religião, era desde o *medievo* (Idade Média) o mediador das ações praticadas pela nobreza, dando o aval a construção de uma mentalidade de que, tudo era da vontade de Deus, e tinha como representante na terra o rei. Então as práticas e submissões que o povo vinha sofrendo e sua espoliação e alienação, legitimavam-se com o apoio do clero e com a prática da nobreza e a vontade de Deus.

Segundo Ponge:

[...], a tutela da igreja sobre todos os aspectos da vida vinha sendo questionada com crescente sucesso, pois a velha e tradicional concepção bíblica do mundo estava sendo desestruturada pelas descobertas (da América, das novas rotas comerciais, etc.), pelos inventos técnicos e pelos progressos científicos, dando nascimento ao ideário iluminista. (PONGE, 1995, p. 86)

Com as novas técnicas iluministas que buscava uma igualdade na sociedade, as transformações que vinham ocorrendo dentro do contexto político, social e econômico na Europa, fizeram emergir um cenário de desenvolvimento comercial e de comunicação, onde promoveu o crescimento das cidades, que por sua vez, também teve a necessidade de uma transformação em sua estrutura urbana, ou seja, uma reestruturação era necessária, pois estava se desenvolvendo relações sociais e econômicas através da comunicação e o crescimento das aldeias e cidades era constante nesse período.

Classes emergentes se constituíram como uma pequena burguesia urbana, oriunda do artesanato, do comércio, da manufatura, etc. tornando-se indústrias dinâmicas, também o campesinato se modificara, pois através das necessidades de sobrevivência, buscam se ajustar dentro do novo contexto que lhes é imposto pelas altas taxas de impostos cobrados pela nobreza. O poder absoluto “rei de direito divino”, não sofrerá as modificações que estavam acontecendo na Europa, ou seja, pelo menos nesse momento, mas para manter os custos do Estado, os aumentos dos impostos eram constantes, forçando um descontentamento, um antagonismo por parte das classes emergentes que formavam o terceiro Estado.

A nobreza fortalecendo-se permanecia intocada e não sofrerá com as modificações, buscando através de taxas altas a sua manutenção, mas não permanecerá por muito tempo com essas condições favoráveis, pois logo será dissolvida como Estado Absolutista e viria a se regulamentar, pois o cenário político estava voltado para a Inglaterra, que constituía um poder limitado para sua monarquia e favorecia a burguesia inglesa no contexto político Europeu. Os olhares revolucionários, que então estava surgindo e começará a ameaçar o poder absoluto, teve seu primeiro passo com a convocação da Assembléia dos Notáveis. A França deu o início para emergir as ideias revolucionárias dando voz ao terceiro Estado, visto que, ajudou a fomentar uma crise que ela própria sofreria mais tarde as consequências. Ou seja, com o apoio aos ‘*insurgentes*’ Norte Americanos, a França viu o quanto era forte e perigoso uma unificação de massa, isto é, um apoio a classes emergentes forma um poder e uma desestruturação de qualquer poder governamental, e isso ele mesma perceberia no decorrer da Revolução Francesa.

Impostos Cobrados

Os impostos eram à base de recursos econômicos do *Estado absolutista*, o que remetia a manutenção do mesmo e mantinha os privilégios do primeiro e segundo estado. O terceiro Estado é que suportava essa estrutura econômica, o povo, é que estava em busca de uma abertura política e econômica, para se emancipar do processo de exploração que vinha sofrendo dentro da composição social de uma minoria que detinha o poder. Na França do século XVIII, eram as formas de recolhimento das taxas, tendo impostos diretos e indiretos, sendo esses impostos distribuídos entre o primeiro e segundo Estado, podendo ser pago com dinheiro, trabalho e natureza. O primeiro Estado dividia sua arrecadação em uma distribuição para “*socorro dos miseráveis*”, “*manutenção das igrejas*”, “*sustento dos padres*” e o restante para o bispado e Roma. Já os impostos senhoriais, iam direto para o senhor, pois estavam ligados nas relações campesinas. Senhor feudal, sendo essa a relação direta.

Outra parte era a fatia de impostos reais, que mantinha toda a monarquia e nobreza, tendo como elementos uma série de aproveitadores que se apropriavam dos recursos antes mesmo de chegar aos cofres do rei. “*Não havia orçamento, não havia nação que pudesse aguentar*” (PONGE, 1995, p. 98). Ao terceiro Estado restava pagar os impostos e garantir a manutenção do Estado Absoluto. Esses elementos começam a fomentar o antagonismo do povo, e com as influências das *ideias iluministas*, buscam ser ouvidos pelo rei, onde tentam manifestar seus anseios e vontades, sendo a necessidade básica, a *fome*, o estopim que estava pronto para ser aceso pelo terceiro Estado para cintilar a uma política voltada para uma igualdade social e econômica.

Os impostos diretos eram obtidos através da circulação de mercadorias e os impostos indiretos, pagos em trabalho espécies e natureza. Essa forma de coleta indireta demonstra os ideais medievais, onde o camponês já pagava com seu trabalho ao senhor, e que ainda da França do século XVIII, essa prática era comum e aplicada pela nobreza. Os impostos cobrados tinham uma norma que já precedia historicamente dentro do contexto de submissão que vivia os camponeses do terceiro Estado, “*os ‘direitos’ dos senhores e da igreja eram herdados [...]*” (PONGE, 1995, p. 89). Sua importância era de tamanha profundidade, que ninguém duvidava de sua legitimidade, não havia contestação por parte do rei e de toda nobreza, pois era comum essa prática de cobrança de impostos, mas os excessivos aumentos deflagram uma insatisfação que sufoca as bases da sociedade feudal francesa, pois se apresentava dessa forma como no medievo.

Quanto aos impostos da coroa, o rei é quem decidia e promulgava seu valor em comum acordo com as câmaras judiciais existentes, onde de forma arbitrária decidia a quantidade de taxas a serem cobradas, não investindo internamente e com gastos excessivos por parte da nobreza que legitimava o poder absoluto. As pressões que o terceiro Estado tem sofrido com frequência e regularidades com os aumentos de taxas fiscais fizeram surgir um pensamento diferenciado que até então, não fazia parte do pensamento do povo, ou seja, com a pequena burguesia buscando uma igualdade política e uma abertura comercial, outros setores que compunham o terceiro Estado, perceberam que era possível a mudança e melhora de condição econômica e social. Na verdade, o terceiro Estado estava buscando uma igualdade econômica, ser ouvido e poder fazer parte nas decisões de suas vidas, era favorável ao crescimento capitalista e não se opunha ao poder real, mas quer ser visto como um importante seguimento do quadro social francês.

A Crise Financeira

Com gastos excessivos por parte da nobreza, não havendo um sistema orçamentário, sendo a arrecadação a única forma de receita monetária, a crise financeira da França se instala com os privilégios e a forma de manutenção dos mesmos, a busca incessante de empréstimos para suprir os gastos, criou uma dívida que empurrou ainda mais o absolutismo em direção a sua extinção, ficando vulnerável sua existência e possibilitando um *enclave* para a Revolução.

Com a convocação da *Assembléia dos Notáveis*, surgiu a chance de pela primeira vez o terceiro Estado ter poder de manifestação, e expor suas necessidades frente aos altos impostos e a deflagração de miséria que a França os colocara. Buscavam uma oportunidade, e essa foi lhes dada pelo rei.

Com a convenção da Assembléia, a nobreza e o clero tiveram uma vitória momentânea (rebelião da democracia), pois essas ordens se opunham contra a monarquia (poder real), mas não podemos esquecer que tanto a as ordens e a monarquia, faziam parte da aristocracia, formando o primeiro e segundo Estado, visto que, o terceiro Estado era convidado a participar da Assembléia e poder colocar o povo para expor sua situação ao rei. Para o povo, foi uma abertura política e possibilidade de tentar uma igualdade ou justiça a ser regulamentada.

Para o terceiro estado, “[...] estava inscrita a possibilidade de mudanças progressistas” (PONGE, 1995, p. 93). A proposta da Assembléia era manter a votação por ordem, era uma medida protecionista aos interesses da aristocracia, já o terceiro Estado, propunha uma votação que obtivesse o mesmo número de deputados das outras ordens, para garantir uma votação por cabeça e não por ordem, mas não foi aceita a proposta pela Assembléia e permanecendo como era desde 1614.

Com os acontecimentos e questões levantadas na Assembléia, cinco príncipes fazem um tipo de “*manifesto*” que define algumas questões importantes dentro do Estado absoluto, ou seja, com essa pequena abertura política e “*liberdade de pensamento*” a percepção do descontentamento a partir do descontrole

financeiro, nobreza percebe o quanto necessita de uma reforma política, sem perder o poder, os privilégios que por *'direito'* são conferidos. A partir dessas ideias, formam a base da Revolução Francesa.

Aula 11

História – 2º Ano Ensino Médio

Revolução Francesa

Revolução Francesa era o nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de Maio de 1789 e 9 de Novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Ela começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade.

A Revolução é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de "*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*" (*Liberté, Egalité, Fraternité*), frase de autoria de Jean-Jacques Rousseau. Para a França, abriu-se em 1789 o longo período de convulsões políticas do século XIX, fazendo-a passar por várias repúblicas, uma ditadura, uma monarquia constitucional e dois impérios,

Por que uma Revolução?

A França tomada pelo Antigo Regime era um grande edifício construído por cinquenta gerações, por mais de quinhentos anos. As suas fundações mais antigas e mais profundas eram obras da Igreja, estabelecidas durante mil e trezentos anos. A sociedade francesa do século XVIII mantinha a divisão em três Ordens ou Estamentos típica do Antigo Regime – *Clero* ou Primeiro Estado, *Nobreza* ou Segundo Estado, e *Povo* ou Terceiro Estado – cada qual se regendo por leis próprias (privilégios), com um Rei absoluto no topo da hierarquia dos Estados. O Rei fora antes de tudo o obreiro da unidade nacional através do seu poder independente das Ordens, significando que era ele quem tinha a última palavra sobre a justiça, a economia, a diplomacia, a paz e a guerra, e quem se lhe opusesse teria como destino a prisão da Bastilha.

A Revolução

A Revolução Francesa pode ser subdividida em quatro períodos: a *Assembléia Constituinte*, a *Assembléia Legislativa*, a *Convenção* e o *Diretório*.

O período da Assembléia Constituinte decorre de 9 de Julho de 1789 a 30 de Setembro de 1791. As primeiras ações dos revolucionários deram-se quando, em 17 de Junho, a reunião do Terceiro Estado se proclamou "Assembléia Nacional" e, pouco depois, "Assembléia Nacional Constituinte". Em 12 de Julho, começam os motins em Paris, culminando em 14 de Julho com a tomada da prisão da Bastilha, símbolo do poder real e depósito de armas. Pouco depois, aprovava-se a solene "*Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão*". O lema dos revolucionários era "*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*", mas logo em 14 de Junho de 1791, se aprovou a Lei de *Le Chapelier* que proibia os sindicatos de trabalhadores e as greves, com penas que podiam ir até à pena de morte. Em 19 de Abril de 1791, o Estado nacionaliza e passa a administrar todos os bens da Igreja Católica, sendo aprovada em Julho a Constituição Civil do Clero, por intermédio da qual os padres católicos passaram a serem funcionários públicos.

Entra o período da *Convenção Nacional*, de 20 de Setembro de 1792 até 26 de Outubro de 1795. A Convenção veio ficar dominada pelos *jacobinos* (partido da pequena e média burguesia, liderado por Robespierre), criando-se o *Comitê de Salvação Pública* e o *Comitê de Segurança Geral* iniciando-se o *Período do Terror*. A monarquia é abolida e muitos nobres abandonam o país, vindo a ser a família de Luís XVI guilhotinada em 1793.

Causas da Revolução

As causas da Revolução Francesa são remotas e imediatas. Entre as do primeiro grupo, há de considerar que a França passava por um período de crise financeira. A participação francesa na Guerra da

Independência dos *Estados Unidos da América*, a participação (e derrota) na *Guerra dos Sete Anos*, os elevados custos da Corte de Luís XVI, tinham deixado as finanças do país em mau estado.

Os votos eram atribuídos por ordem (1- *clero*, 2- *nobreza*, 3- *Terceiro Estado*) e não por cabeça. Havia grandes injustiças entre as antigas ordens e ficava sempre o Terceiro Estado prejudicado com a aprovação das leis. Os chamados *Privilegiados* estavam isentos de impostos, e apenas uma ordem sustentava o país, deixando obviamente a *balança comercial* negativa ante os elevados custos das sucessivas guerras, altos encargos públicos e os supérfluos gastos da corte. O rei Luís XVI acaba por convidar o *Conde Turgot* para gerir os destinos do país como ministro e programar profundas reformas sociais e econômicas.

A Sociedade Francesa

O Terceiro-Estado carregando o Primeiro e o Segundo Estados nas costas. A sociedade francesa da segunda metade do século XVIII possuía dois grupos muito privilegiados:

- O *Clero ou Primeiro Estado*, composto pelo *Alto Clero*, que representava 0,5% da população francesa, era identificado com a nobreza e negava reformas, e pelo *Baixo Clero*, identificado com o povo, e que as reclamava;
- A *Nobreza, ou Segundo Estado*, composta por uma camada palaciana ou cortesã, que sobrevivia à custa do Estado, por uma camada provincial, que se mantinha com as *rendas dos feudos*, e uma camada chamada *Nobreza Togada*, em que alguns juízes e altos funcionários burgueses adquiriram os seus títulos e cargos, transmissíveis aos herdeiros. Aproximava-se de 1,5% dos habitantes. Esses dois grupos (ou Estados) oprimiam e exploravam o Terceiro Estado.
- O *Terceiro Estado*, constituído por pequenos burgueses, camponeses sem terra e os "sans-culottes", uma *camada heterogênea* composta por artesãos, aprendizes e proletários, que tinham este nome graças às calças simples que usavam diferentes dos tecidos caros utilizados pelos nobres. Os impostos e contribuições para o Estado, o clero e a nobreza incidiam sobre o Terceiro Estado, uma vez que os dois últimos não só tinham isenção tributária como ainda usufruíam do tesouro real por meio de pensões e cargos públicos.

A reavaliação das bases jurídicas do *Antigo Regime* foi montada à luz do pensamento *Iluminista*, representado por *Voltaire*, *Diderot*, *Montesquieu*, *John Locke*, *Immanuel Kant* etc. Eles forneceram pensamentos para criticar as estruturas políticas e sociais absolutistas e sugeriram a idéia de uma maneira de conduzir uma burguesa liberal.

Econômicas

A causa mais forte de Revolução foi a econômica, já que as causas sociais, como de costume, não conseguem ser ouvidas por si sós. Os historiadores sugerem o ano de 1789 como o início da Revolução Francesa. Mas esta, por uma das "ironias" da história, começou dois anos antes, com uma reação dos *notáveis franceses* - clérigos e nobres - contra o absolutismo, que se pretendia reformar e para isso buscava limitar seus privilégios. Luís XVI convocou a nobreza e o clero para contribuírem no pagamento de impostos, na altamente aristocrática *Assembléia dos Notáveis* (1787).

No meio do caos econômico e do descontentamento geral, Luís XVI da França não conseguiu promover reformas tributárias, impedido pela nobreza e pelo clero, que não "*queriam dar os anéis para salvar os dedos*". Não percebendo que seus privilégios dependiam do Absolutismo, os notáveis pediram ajuda à burguesia para lutar contra o poder real - era a *Revolta da Aristocracia ou dos Notáveis* (1787-1789). Eles iniciaram a revolta ao exigir a convocação dos Estados Gerais para votar o projeto de reformas. Por sugestão do Ministro judeu-suíço de origem prussiana *Jacques Necker*, o rei Luís XVI convocou a *Assembléia dos Estados Gerais*, instituição que não era reunida desde 1614. Os Estados Gerais reuniram-se em maio de 1789 no Palácio de Versalhes, com o objetivo de acalmar uma revolução de que já falava a burguesia.

As causas econômicas também eram estruturais. As riquezas eram mal distribuídas; a crise produtiva manufatureira estava ligada ao sistema *corporativo*, que fixava quantidade e condições de produtividade. Isso descontentou a burguesia. Outro fator econômico foi a crise agrícola, que ocorreu graças ao aumento populacional. Entre 1715 e 1789, a população francesa cresceu consideravelmente, entre 8 e 9 milhões de habitantes. Como a quantidade de alimentos produzida era insuficiente e as geadas abatiam a produção alimentícia, o fantasma da fome pairou sobre os franceses.

Política

Em Fevereiro de 1787, o ministro das finanças, *Loménie de Brienne*, submeteu a uma Assembleia de Notáveis, escolhidos de entre a nobreza, clero, burguesia e burocracia, um projeto que incluía o lançamento de um novo imposto sobre a propriedade da nobreza e do clero. Esta Assembleia não aprovou o novo imposto, pedindo que o rei Luís XVI convocasse os Estados-Gerais. Em 8 de Agosto, o rei concordou, convocando os Estados Gerais para Maio de 1789. Fazendo parte dos trabalhos preparatórios da reunião dos Estados Gerais, começaram a ser escritos os tradicionais *cahiers de doléances*, onde se registraram as queixas das três ordens.

O Parlamento de Paris proclama então que os Estados Gerais se deveriam reunir de acordo com as regras observadas na sua última reunião, em 1614. Aproveitando a lembrança, o Clube dos Trinta começa imediatamente a lançar panfletos defendendo o voto individual inorgânico - "um homem, um voto" - e a duplicação dos representantes do Terceiro Estado. Várias reuniões de Assembleias provinciais, como em *Grenoble*, já o haviam feito.

Jacques Necker, de novo ministro das finanças, manifesta a sua concordância com a duplicação dos representantes do Terceiro Estado, deixando para as reuniões dos Estados a decisão quanto ao modo de votação – *orgânico* (pelas ordens) ou *inorgânico* (por cabeça). Serão eleitos 291 deputados para a reunião do Primeiro Estado (Clero), 270 para a do Segundo Estado (Nobreza), e 578 deputados para a reunião do Terceiro Estado (burguesia e pequenos proprietários).

Aula 12**História – 2º Ano Ensino médio****Revolução Francesa – Constituição****A Elaboração de uma Constituição**

A *Assembléia Nacional Constituinte* aprovou a legislação, pela qual era abolido o regime feudal e senhorial e suprimido o dízimo. Outras leis proibiram a venda de cargos públicos e a isenção tributária das camadas privilegiadas. E, para dar continuidade ao trabalho, decidiu pela elaboração de uma Constituição. Na introdução, que seria denominada *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (*Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*), os delegados formularam os ideais da Revolução, sintetizados em três princípios: "*Liberdade, Igualdade, Fraternidade*" (*Liberté, Egalité, Fraternité*). Inspirada na Declaração de Independência dos Estados Unidos e divulgada em 26 de agosto, a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (a que não terá sido estranha a ação do então embaixador dos EUA em Paris, Thomas Jefferson) foi síntese do *pensamento iluminista* liberal e burguês. Nesse documento, em que se pode ver claramente a influência da Revolução Americana, defendia-se o *direito de todos à liberdade*, à propriedade, à igualdade – igualdade jurídica, e não social nem econômica – e de resistência à opressão. A desigualdade social e de riqueza continuavam existindo.

República Jacobina

Em agosto de 1792, uma intensa mobilização popular destronou o rei, e depois de elaborar a *Carta Magna* francesa, a *Assembléia Nacional Constituinte* dissolveu-se. A *Assembléia Legislativa* substituiu a *Constituinte*. A ameaça de intervenção externa, crise econômica e inflação. Abril de 1792: Declaração de guerra à Áustria e à Prússia; exércitos inimigos chegam a ameaçar a cidade de Paris; a ala radical proclama a "*pátria em perigo*" e distribui armas à população parisiense. A *Comuna de Paris* assume o poder e exige da *Assembléia* o afastamento do rei. 10 de agosto de 1792: Parisienses atacam o palácio real, detêm o soberano e exigem que o Legislativo suspenda-o de suas funções. Esvaziada de seu poder, a *Assembléia* convoca a eleição de uma *Convenção Nacional*. A revolução entrou numa *fase radical*. As primeiras medidas tomadas pela *Convenção* foram a *Proclamação da República* e a promulgação de uma nova Constituição (21 de setembro de 1792). Eleita sem a divisão dos eleitores em *passivos e ativos*, a alta burguesia monarquista foi derrotada. A *Convenção* contava com o predomínio dos representantes da burguesia.

A grande guilhotina desce sobre a cabeça de Luís XVI, que é exibida ao povo, como se costumava fazer com todos os executados. Os jacobinos, com apoio dos *sans-culottes* e da *Comuna de Paris* (designação que foi dada ao novo governo local da cidade), assumiram o poder no momento crítico da Revolução. A *Convenção* reconheceu a existência do *Ser Supremo* e da imortalidade da alma. A virtude seria o elemento essencial da República.

Em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI e Maria Antonieta, sua esposa foram *executados na guilhotina* na Praça da Revolução. Vários países europeus, como a Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Inglaterra indignadas e temendo que o exemplo francês se refletisse em seus territórios, formaram a *Primeira Coligação* contra a França. Encabeçando a Coligação, a Inglaterra financiava os grandes exércitos continentais para conter a ascensão burguesa da França, seu potencial concorrente nos negócios europeus.

No departamento de Vendéia, no oeste da França, camponeses contrarrevolucionários, instigados pela Igreja, pela nobreza e pelos ingleses, tomaram o poder. Os *girondinos* tentaram frear a proposta de mobilização geral do povo francês, temendo a perda do poder e a radicalização da revolução, que ameaçaria suas propriedades e bens. Em resposta, em 2 de Junho de 1793, a população de Paris, agitada pelos partidários de *Hébert*, cercou o prédio da convenção, pedindo a prisão dos deputados girondinos. Os membros da *Gironda* foram expulsos da convenção deixando uma triste herança: inflação, carestia e avanço da contrarrevolução, tudo isso agravado pela guerra no plano externo. *Marat, Hébert, Danton, Saint-Just e Robespierre* assumiram o poder, dando início ao período da *Convenção Montanhesa*.

A Contra-Revolução Camponesa da Vendéia e a ameaça externa colocavam a revolução à beira do abismo. Para combater essa situação, os jacobinos organizaram os *comitês*, cujos objetivos eram controlar o governo, combater os contrarrevolucionários e mobilizar a França para uma guerra total em defesa da revolução.

Devido ao predomínio da atuação popular, esse período caracterizou-se *por ser o mais radical* de toda a Revolução. O governo jacobino dirigia o país por meio do *Comitê de Salvação Pública*, responsável pela administração e defesa externa do país, de início comandado por Danton, seu criador. Abaixo, vinha o *Comitê de Segurança Geral*, que cuidava da segurança interna, e a seguir o *Tribunal Revolucionário*, que julgava os opositores da revolução em julgamentos sumários.

Decretada a mobilização geral, criou-se uma economia de guerra, com o racionamento das mercadorias e o combate aos especuladores, que, aproveitando-se da situação, escondiam os produtos para aumentar os preços. Quando, em julho, Marat foi assassinado pela jovem Charlotte Corday, os ânimos se exaltaram. Considerado excessivamente moderado, Danton foi substituído por Robespierre e expulso do partido. O Comitê de Salvação Pública, liderado por Robespierre, assumiu plenos poderes. Tinha início o *Grande Terror*, *Terror Jacobino* ou, simplesmente, *Terror*.

Milhares de pessoas foram detidas, julgadas sumariamente e guilhotinadas. O líder jacobino Robespierre, sancionando as execuções sumárias, anunciara que a França não necessitava de juízes, mas de mais guilhotinas. O resultado foi a condenação à morte de 35 mil a 40 mil pessoas. A Insurreição camponesa da Vendéia foi esmagada. O exército francês começou a ganhar terreno nos campos de batalha em 1794 e a coalizão antifrancesa foi derrotada. Cansada do terror, execuções, congelamento de preços dos excessos revolucionários, a burguesia queria paz para seus negócios. Essa posição era defendida pelos jacobinos liderados por Danton. Os *sans-culottes* — que eram a plebe urbana — pretendiam radicalizar mais a revolução, posição defendida pelos raivosos.

A falta de habilidade política de Robespierre ficou evidente quando, declarando a "*pátria em perigo*", tomou uma série de medidas impopulares para evitar as radicalizações — os partidários e políticos mais radicais, como a *ala esquerda*, dos partidários de Hébert, e da *ala direita*, que tinha como líderes como Danton, foram executados. A facção de centro, liderada por Robespierre e Saint-Just, triunfou, porém ficou isolada.

Reação Termidoriana

Muitos girondinos que sobreviveram ao Terror, aliado aos deputados da planície, articularam um golpe. Em 27 de Julho (9 Termidor, de acordo com o calendário revolucionário francês) a Convenção, numa rápida manobra, derrubou Robespierre e seus partidários. Robespierre apelou para que as massas populares saíssem em sua defesa. Mas os que podiam mobilizá-las — como os raivosos — estavam mortos, e os *sans-culottes* não atenderam ao chamado. Robespierre e os dirigentes jacobinos foram guilhotinados sumariamente.

A Comuna de Paris e o partido jacobino deixaram de existir. Era o golpe de 9 *Termidor*, que marcou a *queda* da pequena burguesia jacobina e a *volta* da grande burguesia girondina ao poder. O movimento popular entrou em franca decadência.

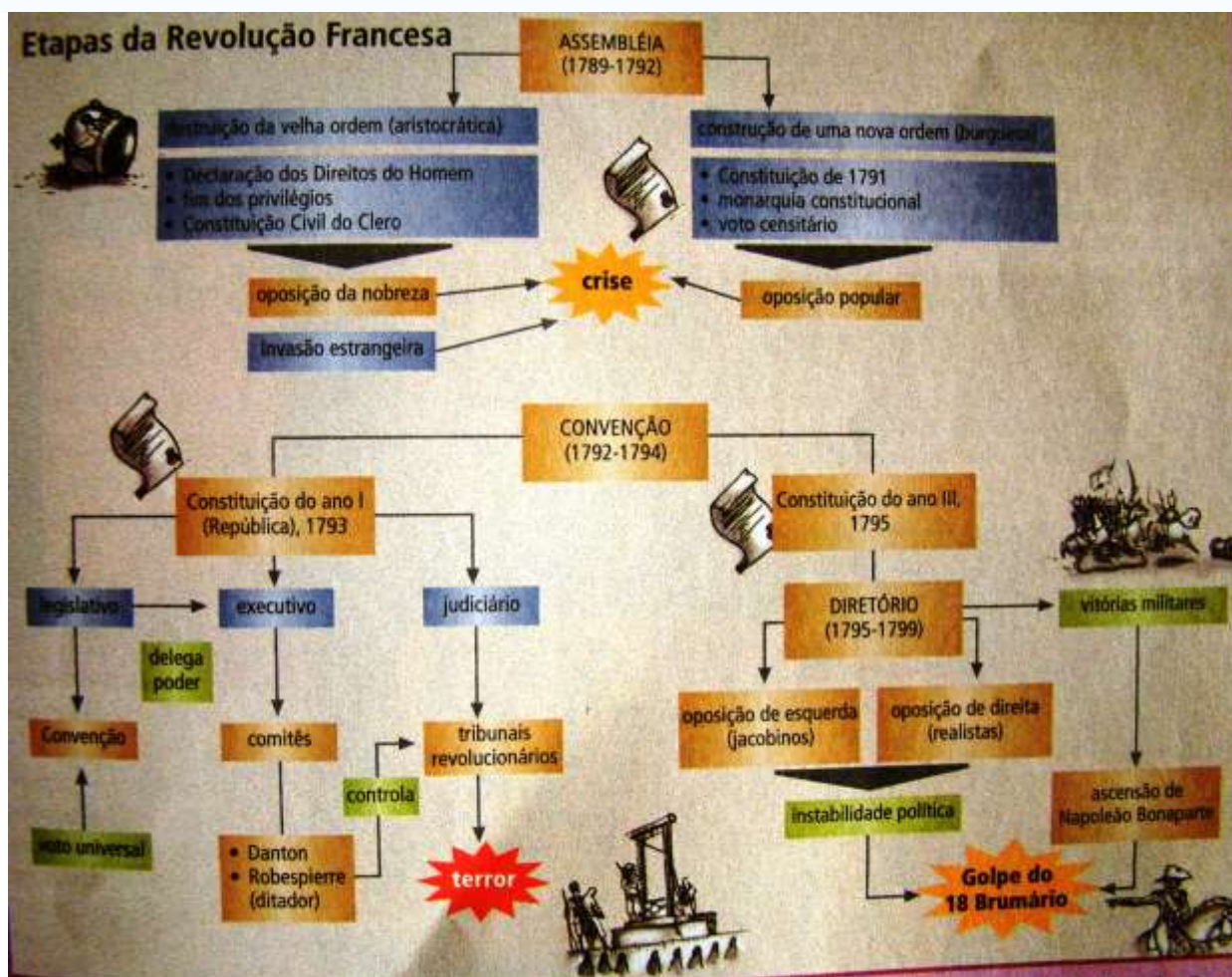
A *Convenção Termidoriana* (1794-1795) foi curta, mas permitiu a reativação do projeto político burguês com a anulação de várias decisões montanhesas, como a Lei do Preço Máximo (congelamento da economia) e o encerramento da supremacia da Junta de Salvação Pública. Em 1795, a Convenção elaborou uma nova constituição - a *Constituição do Ano III* -, *suprimindo o sufrágio universal* e resgatando o *voto censitário* para as eleições legislativas, marginalizando, assim, grande parcela da população. A carta reservava o poder à burguesia. No final de 1795, de acordo com a nova Constituição, a Convenção cedeu lugar ao *Diretório*, formado por *cinco* membros eleitos pelos deputados. Iniciou-se, assim, a *República do Diretório*.

Datas e Fatos Essenciais

- 1787: Revolta dos Notáveis

- 1789: Revolta do Terceiro Estado; 14 de julho: Tomada da Bastilha; 26 de agosto: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 1790: Confisco dos bens do Clero.
- 1791: Constituição que estabeleceu a Monarquia Constitucional.
- 1791: Tentativa de fuga e prisão do rei Luís XVI.
- 1792: Invasão da França pela Áustria e Prússia.
- 1793: Oficialização da República e morte do Rei Luís XVI; 2ª Constituição.
- 1793: Terror contra os inimigos da revolução.
- 1794: Deposição de Robespierre.
- 1795: Regime do Diretório — 3ª Constituição.
- 1799: Golpe do 18 de brumário (9 de novembro) de Napoleão.

Referências: Pierre Gaxotte (da Academia Francesa), *La Révolution Française*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1957, pp. 31-54.



Aula 13**História – 2º Ano Ensino Médio****Napoleão Bonaparte e o Poder na França – Parte I**

O governo do Diretório que fora instaurado na França (1795), não conseguiu resolver os problemas econômicos, sociais e políticos, teve durante sua gestão todos os moldes de uma reestruturação da nação francesa nos moldes burgueses. Esse governo foi sublinhado por crises e manifestações contra as ações políticas internas e externas que trouxeram pesadas cargas tributárias para os cofres da França. Instalada a crise, o Diretório endureceu. Em 4 de setembro de 1797 (18 Frutidor), o governo restaurou a legislação rigorosa contra nobres e padres, fechou 42 jornais de oposição e estabeleceu o direito exclusivo de proclamar o estado de sítio em caso de desordem. Instaurava-se, assim, um regime de exceção conhecido como Terror Diretorial, embora mais brando que dos tempos jacobinos.

Mas o Diretório e a República estavam com os dias contados. Em 18 Brumário do Ano VIII (9 de novembro de 1799), uma conspiração burguesa, temendo novas radicalizações, deu o poder a um destacado general: Napoleão Bonaparte. Concretizava-se o temor de Robespierre, nos idos de 1792, de que um general de sucesso viesse a comandar o país e a própria Revolução.

A partir de 1793, o exército francês foi reorganizado. Com a “guerra total” e a grande mobilização civil, tornou-se o maior contingente da Europa. Foi nesse contexto de guerras revolucionárias que o general Napoleão Bonaparte (1769-1821) se destacou. Nascido na Córsega e tendo estudado na Academia Militar de Paris, Napoleão ascendeu rapidamente na carreira militar, sobretudo, pela perícia técnica na artilharia. Em 1795, reprimiu um golpe reacionário. Nos dois anos seguintes, combateu como general na Itália e obteve uma importante vitória sobre as forças austríacas. Muitos italianos o receberam como um libertador. 1789, em uma campanha no Egito retornou à França. Ali, com grande prestígio e apoio da burguesia dirigente, ansiosa pelo fim da Revolução, em 18 Brumário, deu um golpe de Estado, instaurando o Consulado (1799-1802). Com isso teve uma nova ordem política, com poder fortemente centralizado.

O Consulado

As propriedades do Consulado eram enfrentar as ameaças externas ao país e reorganizar a economia e a sociedade francesa, buscando a estabilização. A fim de sanear as finanças nacionais e reorganizar a burguesia, deterioradas pelo longo período de instabilidade e guerras, foi fundado em 1800 o *Banco da França*, controlado pelo Estado. Também foi criado um novo padrão monetário, o *franco* em lugar dos *assignats* emitidos durante a Revolução. A indústria nacional e a produção agrícola foram estimuladas por financiamentos.

Em 1801 foram reatadas as relações com a Igreja, desfeitas desde o início da Revolução, por meio de uma concordada assinada com o papa Pio VII. No ano seguinte, elaborou uma nova constituição, que deu a Napoleão maiores poderes. Como o primeiro-cônsul, ficou-lhe garantido o controle do poder executivo por um período de dez anos, fazendo dos outros cônsules simples conselheiros.

Essa centralização político-administrativa permitiu a Napoleão escolher tanto os ministros como os membros do Conselho de Estado, órgão cuja função era preparar todos os projetos de lei. De decreto em decreto, anulou discórdias partidárias e ameaças de golpe, restabelecendo a ordem no país. Autonomia dos departamentos (administração em tipos de Estados) foi modificada com uma nova administração, que privilegiava a atuação dos prefeitos como chefes das administrações departamentais e possuidores de amplos poderes.

O Código Civil Napoleônico

Em 1804, foi promulgado o Código Civil Napoleônico. Inspirado no direito romano, seus artigos asseguravam, por exemplo, a igualdade de todos os indivíduos perante a lei, o direito à propriedade privada e a proibição da existência de sindicatos de trabalhadores e greves. Garantiam-se, assim, conquistas burguesas, além de restabelecer a escravidão nas colônias. O código exercia profunda influência em toda a Europa, transformando-se na fonte de diretrizes legais de todo o Ocidente capitalista. Ainda no consulado

foi estabelecida uma reforma no ensino, tornando a educação responsabilidade do Estado e adequando-a as necessidades nacionais. Nesse caso as escolas direcionavam para o militarismo ou para ocupar altos cargos administrativos, também, foi enfatizado o ensino superior por meio das escolas de Direito, Política e Técnica Naval.

Meses após ter sido proclamado primeiro-cônsul vitalício pela nova constituição do Ano XII (1804), por meio de um plebiscito, Napoleão recebeu o título de imperador, sendo coroado na catedral de Notre-dame com o título de Napoleão I. Assim, progressivamente, foi concentrando todos os poderes nacionais em suas mãos. A roupagem política legal desse processo foi dada pelas diversas constituições:

- A do ano VIII (1800) criou o Consulado;
- A do ano X (1802) reforçou o poder do primeiro-cônsul;
- A do ano XII (1804) deu a Napoleão a vitalidade do poder, permitindo que ele se transformasse em imperador da França.

Aula 14**História – 2º Ano Ensino Médio****Napoleão Bonaparte e o Império na França – Parte II**

As guerras externas que ameaçaram o Império Napoleônico eram comandadas pela Inglaterra, que tinha na sua rival aos seus produtos industrializados. Os demais países que formaram as diversas coligações – até 1815, foram sete – eram normalmente monarquias absolutistas temerosas dos reflexos da Revolução sobre sua estabilidade política. Assim por razões econômicas ou políticas, a França via-se cercada por diversos inimigos.

O primeiro confronto do período imperial deu-se contra a *Terceira Coligação* (Inglaterra, Rússia e Império Austríaco), formada em 1805. Com o apoio da Espanha, velha inimiga inglesa, a marinha francesa atravessou o Canal da Mancha, na tentativa de invadir a Inglaterra. Foi, entretanto, derrotada na *batalha naval de Trafalgar*, pelo mesmo almirante Nelson que já derrotara Napoleão na campanha do Egito pouco antes do *18 Brumário* (1798-1799).

O Bloqueio Continental

Contudo, a superioridade francesa em terra, vencendo as batalhas de Ulm, contra a Prússia, e Austerlitz, contra o Império Austríaco, derrotaram a Terceira Coligação e levaram à extinção do Sacro Império Romano-Germânico, surgindo em seu lugar a *Confederação do Reno*. A hegemonia francesa sobre o continente europeu, entretanto, dependia da neutralização da poderosa Inglaterra, a maior potência econômica do período. Desejando diminuir o poder econômico britânico, Napoleão decretou em 1806 o *Bloqueio Continental* – também chamado de Decreto de Berlin. Segundo esse decreto, os aliados franceses não mais poderiam comercializar com a Inglaterra, nem comprando suas manufaturas nem lhe fornecendo matérias-primas, sob o risco de serem invadidos pelas tropas francesas.

Em 1807, pelo *Tratado de Tilsit*, Napoleão obteve a adesão da Rússia ao embargo econômico à Inglaterra, ao vencer a *Quarta Coligação* (1806-1807) nas batalhas de *Iena*, *Eylau* e *Friendland*. A *Quinta Coligação*, formada por Inglaterra e Império Austríaco, em 1809, também sucumbiu frente ao poder das tropas napoleônicas.

Senhor do continente, Napoleão disseminou pelos países conquistados os princípios liberais da Revolução Francesa, especialmente o *código Civil*, derrubando as velhas estruturas aristocráticas. Entretanto, quando, no poder imperial, as invasões foram acompanhadas da exploração das populações locais e da submissão à França, os sucessos militares deram lugar à resistência e ao fracasso. A imposição do domínio napoleônico na península Ibérica e na Rússia, por exemplo, desembocou em lutas nacionalistas e no início da lenta decadência de Napoleão Bonaparte.

Um dos primeiros Estados a sofrer a intervenção francesa por desobedecer ao Bloqueio Continental foi Portugal. As fortes ligações econômicas entre lusos e ingleses pediram que seu príncipe regente, D. João, rompesse as relações comerciais com a Inglaterra. Com a invasão napoleônica a Portugal, a família real portuguesa fugiu para sua principal colônia, Brasil, em 1808. Ainda na península Ibérica, Napoleão decidiu depor o rei espanhol Fernando VII, coroando seu irmão José Bonaparte, o que estimulou a resistência nacionalista contra os franceses. Aluta popular, por meio de guerrilhas, financiada pela Inglaterra, irradiou-se por toda a península Ibérica, desgastando as forças napoleônicas.

Lentamente, as derrotas francesas foram aniquilando o mito de invencibilidade dos exércitos franceses, estimulando outros povos a resistir, o que resultou na quebra da hegemonia continental napoleônica. Ao mesmo tempo, as colônias espanholas na América aproveitavam-se da crise na metrópole para iniciar seu processo de independência.

Diante do estrangulamento da economia russa em virtude do Bloqueio Continental, o Czar Alexandre I desprezou as ameaças de Napoleão e abriu os portos russos aos ingleses. Sem uma economia que pudesse substituir a Inglaterra nas relações comerciais do continente, a França viu naufragar sua estratégia econômica. Inconformados, Napoleão respondeu à atitude da Rússia reunindo, em 1811, um poderoso exército de mais de 600 mil homens, que atravessaria toda a Europa Central marchando em direção à Rússia,

sua mais audaciosa e mais trágica campanha militar. Diante do poderio em homens e armamentos do exército francês, os russos utilizaram muitas vezes a tática de terra arrasada: na iminência de invasão de algumas regiões, as próprias populações e soldados russos destruíam tudo que pudesse ter valor ou ser útil ao inimigo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que evitavam confrontos encarniçados, abatiam o ânimo dos franceses, impedidos de fazer saques e reabastecerem-se.

Quando, depois de longas batalhas, finalmente Napoleão conseguiu entrar em Moscou (1812), o exército napoleônico encontrou cidade abandonada e incendiada. Sem abrigo, fustigados pelo rigoroso inverno e enfrentando as implacáveis guerrilhas russas, os homens de Bonaparte iniciaram a retirada, permitindo os russos tomarem à ofensiva. Napoleão saiu da Rússia com menos de 100 mil homens, desmoralizado e tendo de enfrentar o resto da Europa que se mobilizava contra a França.

Dentro desse contexto, o esgotamento nas batalhas, as incessantes perdas e derrotas, enfraqueceram o exército napoleônico. Formara-se a *Sexta Coligação*, composta por Rússia, Inglaterra, Prússia e Império Austríaco, que o venceu na batalha das Nações, em Leipzig, em outubro de 1813. Em março do ano seguinte foi obrigado a assinar o *Tratado de Fontainebleau*. De acordo com esse tratado, o imperador abriria mão do trono francês, recebendo em troca uma pensão de dois milhões de francos anuais e plena soberania sobre a *Ilha de Elba*, situada no Mar Mediterrâneo, perto da Córsega.

Com seu exílio, restabeleceu-se a dinastia Bourbon na França, sendo coroado rei Luís XVIII, irmão do Luís XVI, guilhotinado durante a Revolução Francesa. Os Bourbons ficaram somente alguns meses no poder, Napoleão fugiu de Elba e desembarcou com 1200 homens na França em março de 1815. Comprovada ainda a sua forte popularidade entre os membros do exército, foi recebido festivamente por seus ex-comandados e pela população marchando em direção a Paris. Luís XVIII fugiu para a Bélgica, e Napoleão colocou-se novamente afrente do governo da França em um período de 100 dias.

Os Cem Dias (1815)

Ao regressar ao governo, Napoleão tentou uma rápida ofensiva contra a *Sétima Coligação*, mas foi derrotado na *Batalha de Waterloo*, pelo duque de Wellington, da Inglaterra. Exilado na longínqua e isolada *ilha de Santa Helena*, colônia da Inglaterra no Atlântico Sul, Napoleão morreu em 5 de maio de 1821.

O período em que liderou a França e comandou seus exércitos permitiu que grande parte das conquistas sociais e políticas da Revolução Francesa fossem disseminadas por outros países europeus. Assim, apesar de tentativas de restauração do Antigo Regime, as monarquias não seriam mais definitivamente absolutas, pois a Europa apresentava outro perfil histórico.

Aula 15

História – 2º Ano Ensino Médio

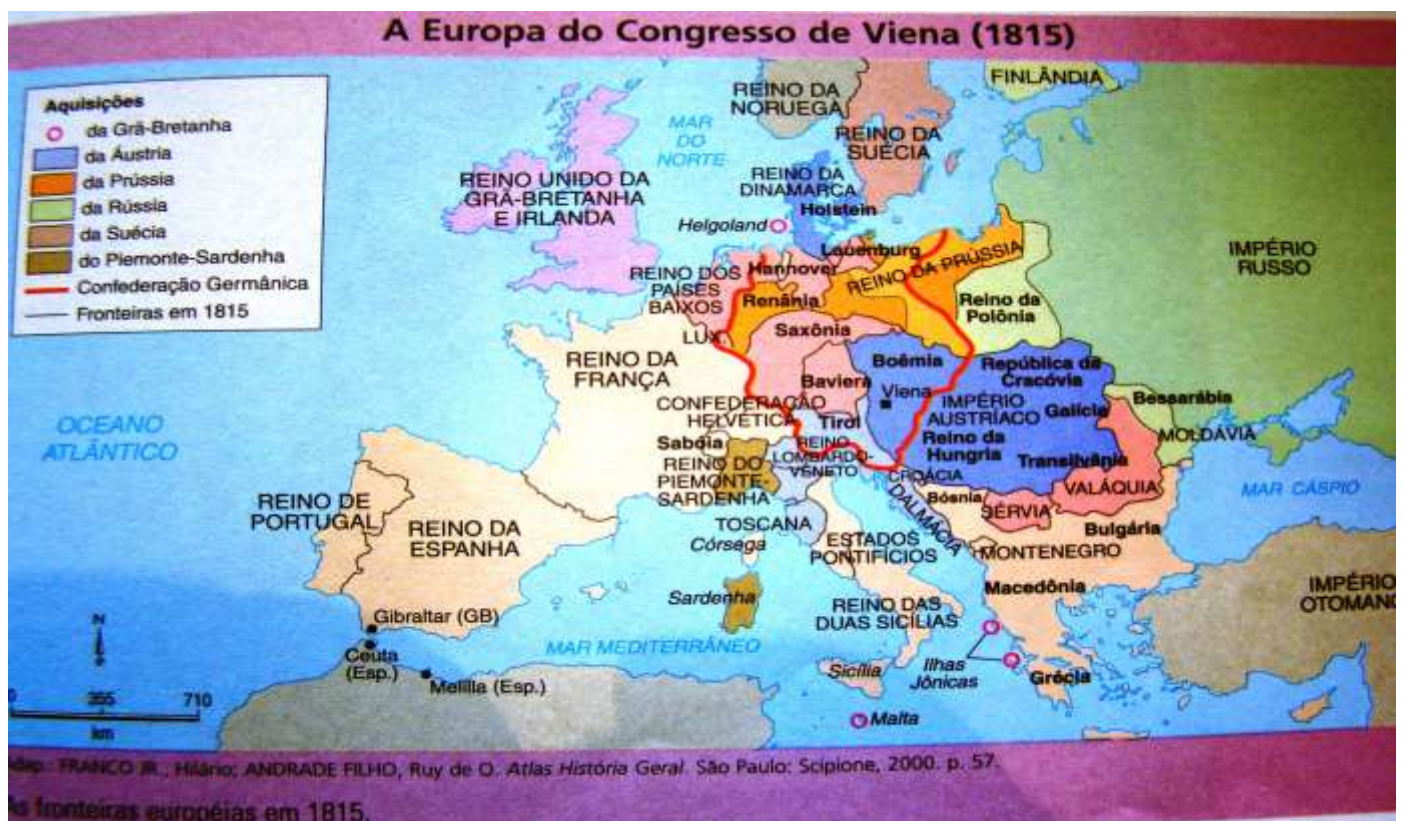
A Queda de Napoleão Bonaparte e o Congresso de Viena – Parte III

O Congresso de Viena

Após a derrota das tropas francesas em *Leipzig* (1813), as grandes potências europeias – Império Austríaco, Inglaterra, Rússia, Prússia e a França restaurada – reuniram-se em Viena para restabelecer a situação política europeia anterior à Revolução Francesa. Interrompido durante o governo dos Cem Dias, o Congresso de Viena era presidido pelo representante austríaco, príncipe Metternich, e contava, ainda, com o *Czar Alexandre I* (Rússia), *Frederico Guilherme III* (Prússia), *Wellington*, e depois *Castlereagh* (Inglaterra) e *Talleyrand* (França), além de representantes de outras nações europeias.

Os dois princípios básicos do Congresso de Viena eram o princípio da *Legitimidade*, visando restaurar nos Estados europeus as dinastias e as fronteiras nacionais que vigoravam no período pré-revolucionário – as únicas consideradas legítimas –, e o princípio do *equilíbrio europeu*, que dividiria entre as potências o continente europeu e as possessões coloniais. A restauração de fronteiras não foi inteiramente respeitada, já que a Inglaterra, Rússia, Império Austríaco e Prússia apossaram-se de territórios de Estados mais fracos, como a Polônia, Itália e a França derrotada.

Quanto à partilha colonial, a Inglaterra foi a grande beneficiada, pois obteve a Ilha de Malta, ponto estratégico no Mediterrâneo; região do Cabo, no sul da África; o Ceilão (atual Sri Lanka), ex-colônia holandesa próxima à Índia; além da Guiana, na América do Sul, e outras ilhas na América Central. Os países baixos incorporaram a Bélgica, transformando-se no Reino dos Países Baixos, e a Rússia ficou com a maior parte da Polônia. A Itália foi totalmente dividida, restando como Estados autônomos apenas o Reino do Piemonte-Sardenha, os Estados Pontifícios e o Reino das Duas Sicílias. A Suíça passou a ser um Estado neutro. A Prússia ficou com parte da Polônia e da região do Rio Reno, e o Império Austríaco ficou com outra parte da Polônia e o norte da Itália.



A Santa Aliança

Do Congresso de Viena surgiu a *Santa Aliança*, proposta pelo Czar Alexandre I, que, sob o pretexto de proteção à paz, à justiça e à religião no Continente, objetivava lutar contra as manifestações nacionalistas e liberais decorrentes das ideias implantadas pela Revolução Francesa. Inicialmente composta por exércitos da Inglaterra, Rússia, Prússia e Império Austríaco, em 1818, a Santa Aliança incluiu a França.

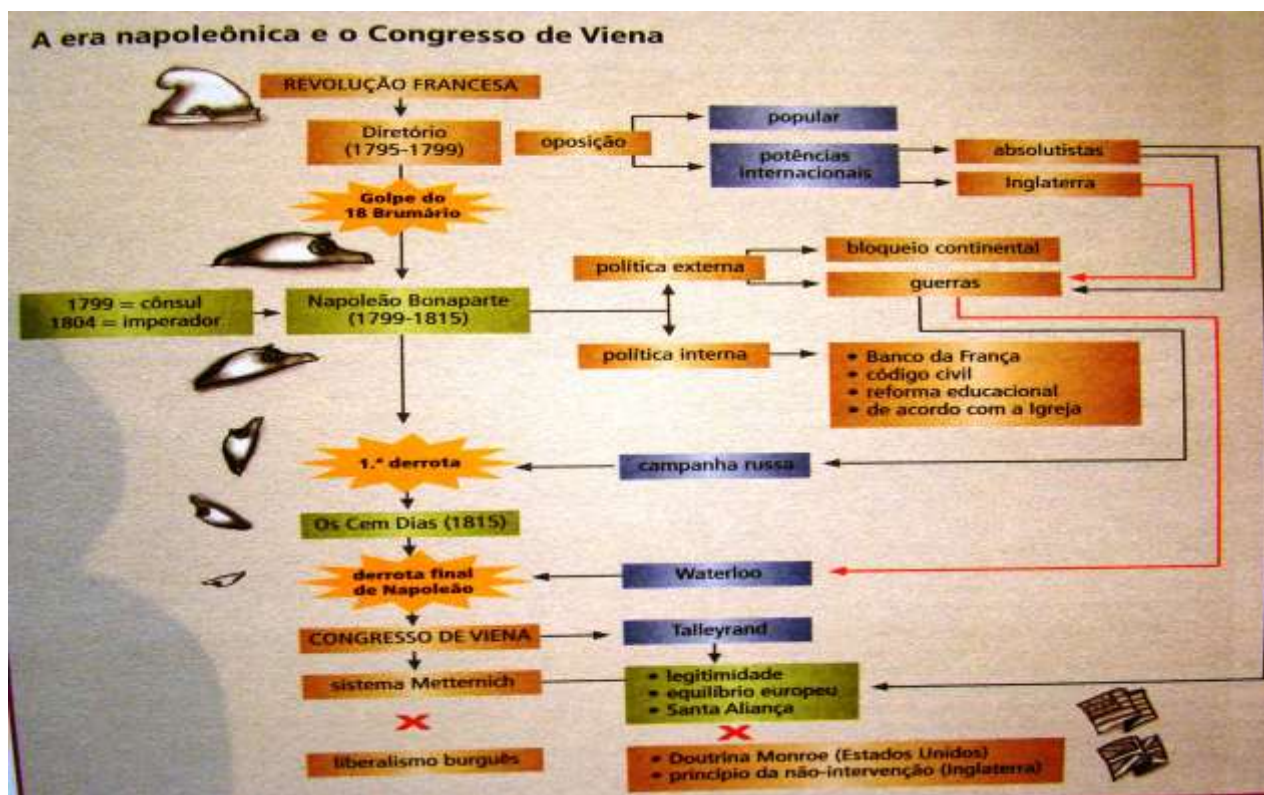
Vários fatores conjugados, porém, desagregaram os planos estabelecidos no Congresso de Viena, bem como a Santa Aliança. A Revolução Industrial espalhou-se por vários países, fortalecendo valores burgueses, liberais e nacionalistas e amadurecendo o capitalismo. Os princípios do Antigo Regime, restabelecidos em Viena em 1815, tornavam-se por seu lado, entraves à nova sociedade. Assim, embora a Santa Aliança tivesse imposto suas decisões logo após a derrota napoleônica, gradativamente o sistema de alianças elaborado por *Matternich* foi sendo mutilado, até ser engolido pelas revoltas liberais europeias e pelo processo de independência das colônias da América Latina, que se sucederiam ao longo do século XIX.

A expansão de mercados consumidores era importante para a Inglaterra industrializada, que apoiava os movimentos de independência das colônias latino-americanas, defendendo o princípio da não intervenção. Essa atitude, entretanto, contrária aos interesses da Santa Aliança, que propunha a manutenção do pacto colonial e o envio de tropas às regiões que se rebelassem. Mostrando que os tempos haviam mudado e deixando patente sua oposição a qualquer tentativa recolonizadora, os Estados Unidos lançaram a Doutrina Monroe, em 1823, cujo lema era “América para os americanos”.

O Nacionalismo

O nacionalismo emergiu também na Europa, experimentando alguns avanços na conquista da independência, a exemplo da Grécia, que conseguiu sua emancipação do Império turco-Otomano, em 1822. Na França, em 1830, estabeleceu-se novamente um governo liberal, com a queda da dinastia Bourbon e a ascensão da família Orléans; ao mesmo tempo em que a Bélgica proclamava sua independência dos Países Baixos. Desmoronava, assim, as principais conquistas do Congresso de Viena e os laços que sustentavam a Santa Aliança. Anterior à consolidação dos ideais burgueses de edificar um Estado e uma sociedade Liberal, essa fase reacionária constituiu não só a manifestação final do Antigo Regime, mas também uma “segurança perfeita contra a brasa revolucionária que se espalhava”, nas palavras de Castlereagh, representante inglês no Congresso de Viena.

A partir de 1830, com a consolidação do liberalismo, a efervescência revolucionária erradicou-se por todo o continente, incluindo muitas áreas das ex-colônias, favorecendo expectativas de que se daria a plena libertação dos povos e solução dos seus graves problemas sociais. Porém, as novas lideranças liberais burguesas não estavam interessadas num avanço tão profundo das transformações político-sociais como almejavam muitos dos grupos ativistas. Isso fez com que as lideranças burguesas passassem da oposição de locomotiva revolucionária para uma posição muito mais conservadora e reacionária. Os revolucionários de antes eram os reacionários de agora.



Aula 16**História – 2º Ano Ensino Médio****Os Movimentos pela Independência da América – 2º Ano**

O processo de independência hispano-americano dividiu-se, grosso modo, em três fases principais: os movimentos precursores (1780 - 1810), as rebeliões fracassadas (1810 - 1816) e as rebeliões vitoriosas (1817 - 1824). Os movimentos precursores da guerra de independência: revoltas de Tupac Amaru e de Francisco Miranda.

Os movimentos precursores, deflagrados prematuramente, foram severamente reprimidos pelas autoridades metropolitanas. Ainda que derrotados, contribuíram para enfraquecer a dominação colonial e amadurecer as condições para a guerra de independência travada posteriormente. A mais importante dessas insurreições iniciou-se no território peruano em 1780 e foi comandada por Tupac Amaru. Essa rebelião indígena mobilizou mais de sessenta mil índios e só foi totalmente esmagada pelos espanhóis em 1783, quando foram igualmente reprimidas outras revoltas no Chile e na Venezuela. Inspirado no exemplo dos Estados Unidos, o criollo venezuelano Francisco Miranda liderou, a partir desta época, vários levantes e se tornou o maior precursor da independência hispano-americana. Após os Estados Unidos, a segunda independência da América foi realizada pelos escravos trabalhadores das plantations que, em 1793, através de uma insurreição popular contra a elite branca libertaram o Haiti.

Em 1808, a ascensão de José Bonaparte ao trono da Espanha iria desencadear a guerra de independência na América espanhola, devido aos desdobramentos políticos daquela situação. Na Espanha, o povo pegou em armas contra a dominação francesa; na América, os criollos pronunciaram-se pelo "lealismo" e se colocaram ao lado de Fernando VII, herdeiro legítimo de Coroa espanhola. Os criollos, entretanto, evoluíram rapidamente do "lealismo" para posições emancipacionistas e, em 1810, iniciaram a luta pela independência.

O fracasso das rebeliões iniciadas em 1810 foi consequência, em grande parte, da falta de apoio da Inglaterra, que empenhada na luta contra a França napoleônica, não pôde fornecer ajuda aos movimentos de independência liderados pela aristocracia crioula. Os Estados Unidos, que possuíam acordos comerciais com a Junta de Sevilha, também não forneceram qualquer ajuda aos rebeldes hispano-americanos. Em 1816, os movimentos emancipacionistas, isolados internamente e sem apoio internacional, foram momentaneamente vencidos pelas tropas espanholas.

Após a derrota de Napoleão em 1815, a Inglaterra, liberta da ameaça francesa, passou a apoiar efetivamente as rebeliões de independência na América, que se reiniciaram em 1817 e só terminariam em 1824 com a derrota dos espanhóis e a emancipação de suas colônias americanas. Naquele ano Simon Bolívar desencadeou a campanha militar que culminaria com a libertação da Venezuela, da Colômbia e do Equador e, mais ao sul, José de San Martín promovia a libertação da Argentina, do Chile e do Peru.

Em 1822 os dois libertadores se encontraram em Guayaquil, no Equador, onde San Martín entregou a Bolívar o comando supremo do exército de libertação. O processo de independência tornou-se irreversível quando, em 1823, os EUA proclamaram a Doutrina Monroe, opondo-se a qualquer tentativa de intervenção militar, imperialista ou colonizadora, da Santa Aliança, no continente americano. Em 1824, os últimos remanescentes do exército espanhol foram definitivamente derrotados pelo general Sucre, tenente de Bolívar, no interior do Peru, na Batalha de Ayacucho. Ao norte, a independência do México foi realizada em 1822 pelo general Iturbide, que se sagrou imperador sob o nome de Agustín I. Um ano depois, foi obrigado a abdicar e, ao tentar retomar o poder, foi executado, adotando o país o regime republicano. Em 1825, após a guerra de independência, apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneceram sob o domínio espanhol.

As Consequências da Independência

Em 1826, Bolívar convocou os representantes dos países recém-independentes para participarem da Conferência do Panamá, cujo objetivo era a criação de uma confederação pan-americana. O sonho boliviano de unidade política chocou-se, entretanto, com os interesses das oligarquias locais e com a oposição da

Inglaterra e dos Estados Unidos, a quem não interessavam países unidos e fortes. Após o fracasso da Conferência do Panamá, a América Latina fragmentou-se politicamente em quase duas dezenas de pequenos Estados soberanos, governados pela aristocracia crioula. Outros fatores que interferiram nessa grande divisão política foram o isolamento geográfico das diversas regiões, a compartimentação populacional, a divisão administrativa colonial e a ausência de integração econômica do continente. O pan-americanismo foi vencido pela política do "dívida e domínio".

"À emancipação e divisão política latino-americana segue-se nova dependência em reação à Inglaterra". Assim, entre as principais consequências do processo de emancipação da América espanhola merecem destaque: a conquista da independência política, a consequente divisão política e a persistência da dependência econômica dos novos Estados. O processo de independência propiciou, sobretudo, a emancipação política, ou seja, uma separação da metrópole através da quebra do pacto colonial. A independência política não foi acompanhada de uma revolução social ou econômica: as velhas estruturas herdadas do passado colonial sobreviveram à guerra de independência e foram conservadas intactas pelos novos Estados soberanos.

Assim, a divisão política e a manutenção das estruturas coloniais contribuíram para perpetuar a secular dependência econômica latino-americana, agora não mais em relação à Espanha, mas em relação ao capitalismo industrial inglês. As jovens repúblicas latino-americanas, divididas e enfraquecidas, assumiram novamente o duplo papel de fontes fornecedoras de matérias-primas essenciais agora à expansão do industrialismo e de mercados consumidores para as manufaturas produzidas pelo capitalismo inglês.

Aula 17

História – 2º Ano Ensino Médio

Independência da América Espanhola

“Comércio livre com países livres”

No início do século XIX a América espanhola inspirada nas ideias liberais do Iluminismo, travou sua guerra de independência vitoriosa contra colonialismo espanhol para, em seguida, fragmentar-se em um grande número de jovens repúblicas oprimidas por caudilhos militares, exploradas por oligarquias rurais e acorrentadas a uma nova dependência econômica imposta pelo capitalismo industrial inglês.

A Crise do Sistema Colonial

O fim do Antigo Regime nas últimas décadas do século XVIII foi consequência das transformações ideológicas, econômicas e políticas produzidas pelo Iluminismo, pela Revolução Industrial, pela independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa. Estes acontecimentos, que se condicionaram e se influenciaram reciprocamente, desempenharam um papel decisivo no processo de independência da América espanhola. As elites da América colonial encontraram na filosofia iluminista o embasamento ideológico para seus ideais autonomistas. A luta pela liberdade política encontrava sua justificativa no direito dos povos oprimidos à rebelião contra os governos tirânicos e à luta pela liberdade econômica na substituição do monopólio comercial pelo regime de livre concorrência.

Por esta época a Revolução Industrial inglesa inaugurava a era da indústria fabril e da produção mecanizada. A exportação das mercadorias inglesas exigia a abertura dos mercados americanos ao livre comércio e esbarrava nos entraves criados pelo pacto colonial. O monopólio comercial favorecia apenas as metrópoles que lucravam duplamente revendendo os produtos coloniais à Europa e as manufaturas inglesas às suas colônias. Esta política monopolista, entretanto, prejudicava tanto a burguesia inglesa quanto as elites coloniais, e, assim, o desenvolvimento do moderno capitalismo industrial acelerou a crise do antigo sistema colonial mercantilista. E a quebra do pacto colonial e sua substituição pelo livre comércio só poderia se fazer através da independência das colônias em relação às antigas metrópoles.

A Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa Aceleraram o Fim do Sistema Colonial Luso-espanhol.

A independência das treze colônias e a formação dos Estados Unidos, primeiro país soberano do Novo Mundo, tornaram-se o exemplo e a fonte de inspiração para o movimento latino - americanos que lutavam pela emancipação política e pela ruptura do pacto colonial. O regime republicano, baseado no pensamento iluminista, exerceu enorme fascínio sobre a aristocracia "criolla" da América Espanhola.

O maior impacto veio, entretanto, da Revolução Francesa, cujas consequências se fizeram sentir tanto na Europa quanto na América. A ascensão de Napoleão Bonaparte, a imposição da supremacia francesa à Europa e o estabelecimento do Bloqueio Continental contra a Inglaterra desferiram um golpe de morte no decadente sistema colonial ibero-americano. A invasão de Portugal pelos franceses rompeu o pacto colonial luso-brasileiro e acelerou a independência do Brasil, ao mesmo tempo em que a ocupação da Espanha por Napoleão e a imposição de José Bonaparte como rei do país desencadearam as lutas de independência nas colônias da América espanhola.

A conjuntura Hispano-Americana

No início do século XIX, quando ocorreu o choque entre a Revolução Industrial inglesa e a Revolução Francesa, o império colonial espanhol na América estava dividido, em termos administrativos, em quatro vice-reinados e quatro capitânias gerais. A administração colonial: vice-reinados e capitânias gerais. Os entraves do monopólio comercial.

Os vice-reinados existentes eram Nova Espanha (México e parte do território atualmente pertencente aos Estados Unidos), Nova Granada (Colômbia e Equador), Peru e Prata (Argentina, Uruguai, Bolívia e

Paraguai). As capitanias gerais eram Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile. Os cargos de vice-rei e capitão-geral eram exercidos por representantes da Coroa vindos diretamente da Espanha, como o eram igualmente todos os altos postos da administração colonial. Desta forma, o aparelho político-administrativo colonial era dominado e monopolizado por espanhóis natos.

A economia colonial baseava-se na exportação de matérias-primas e, portanto, era dependente do mercado externo monopolizado pela metrópole através do pacto colonial. A mineração baseava-se na extração de ouro e prata e estava concentrada no México e na Bolívia. A agricultura tropical desenvolveu-se na América Central e nas Antilhas, com base no sistema de "plantation", ou seja, grandes propriedades monoculturas, trabalhadas por escravos. A pecuária concentrava-se principalmente no México e no vice-reinado do Prata. O comércio era praticado nas grandes cidades portuárias, como Buenos Aires, Valparaíso, Cartagena e Vera Cruz.

A Espanha exercia o monopólio comercial entre suas colônias e a Europa, o que afetava os interesses econômicos da elite colonial, obrigada a vender, a baixos preços, seus produtos à metrópole e dela comprar, a altos preços, as manufaturas importadas. O mesmo acontecia com os comerciantes e industriais ingleses, forçados a aceitar a intermediação da Espanha e impedidos de vender diretamente as suas mercadorias à América.

O fim do monopólio comercial interessava, assim, tanto à elite colonial como à burguesia inglesa, à medida que ambas aumentariam seus lucros com a adoção do livre comércio. Esta convergência de interesses foi um fator decisivo para a vitória do movimento de independência hispano-americano. "A sociedade colonial: brancos, mestiços, índios e negros. Os conflitos entre a aristocracia 'criolla' e os 'chapetones'".

Por essa época a sociedade colonial era formada por uma população de dez milhões de habitantes, divididos em diversas classes sociais. Os brancos constituíam cerca de três milhões e trezentos mil e classificavam-se em *chapetones e criollos*. Os chapetones, perto de trezentos mil, eram os espanhóis natos que, monopolizando o poder político, dominavam os altos cargos da administração colonial. Os criollos, cerca de três milhões, eram descendentes de espanhóis nascidos na América e formavam a elite econômica e intelectual da colônia, à qual pertenciam os latifundiários, comerciantes, profissionais liberais e membros do baixo clero.

A contradição entre a estrutura econômica, dominada pelos criollos (partidários do livre comércio), e a estrutura política, controlada pelos chapetones (defensores do monopólio metropolitano), foi também um dos fatores importantes do processo de independência. Os mestiços, descendentes de espanhóis e índios, eram cerca de cinco milhões e dedicavam-se ao pequeno comércio e ao artesanato, enquanto os índios, mais de dez milhões, constituíam a mão-de-obra explorada na mineração e na agricultura. Os negros, perto de oitocentos mil, concentravam-se principalmente nas Antilhas e formavam a mão-de-obra escrava utilizada nas plantations tropicais.

Embora sendo esmagadora minoria, eram os criollos e os chapetones que dominavam e determinavam a condução das relações econômicas e políticas das colônias hispano-americanas e era a eles que interessava a ligação com a metrópole ou o rompimento de laços com ela. Assim, a guerra de independência caracterizou-se por ser uma luta entre os criollos, apoiados pela Inglaterra, e os chapetones, apoiados pela Espanha, pelo domínio do aparelho político-administrativo.

Aula 18**História – 2º Ano Ensino Médio****O Sentido da Independência do Brasil e a Inconfidência Mineira****Introdução**

A aristocracia rural brasileira (senhores de terras e escravos) conduziu o processo de ruptura com a Metrópole, sem abalar sua estrutura de privilégios, fundada na organização econômica e social que se definiu ao longo da colonização. Assim, a Independência foi efetuada de cima para baixo, com a preocupação de manter a unidade nacional, conciliar os conflitos existentes dentro da própria classe dominante e afastar do processo os setores mais baixos da sociedade (povo e escravos). No início da regência de D. Pedro, a elite agrária não desejava a Independência, contentando-se com a manutenção do Reino Unido, conquistado no período em que o Brasil foi sede do Estado Português. Entretanto, o governo dos revolucionários liberais de 1820 não via o Brasil em um plano de igualdade com Portugal, iniciando, assim, a pressão recolonizadora.

A evolução dos acontecimentos ao final do ano de 1821, com o aumento das pressões que exigiam a volta do Príncipe-Regente para Portugal (o que deixaria o Brasil à mercê dos planos reacionários das Cortes), colocou a aristocracia rural frente a um dilema perturbador: evitar a regressão, ou seja, o retorno à antiga condição de Colônia, e, ao mesmo tempo, evitar que a ruptura com Portugal assumisse um caráter revolucionário. Efetivamente, o binômio Revolução-República não fazia parte do ideário liberal da maior parte da aristocracia rural, que o considerava sinônimo de fragmentação e de comprometimento da sua condição de classe dominante. O exemplo violento da independência da América Espanhola, gerador da desagregação política e das lutas internas, estava muito vivo para a camada dominante brasileira; temerosa da participação dos setores subalternos da sociedade no processo revolucionário, o que evidentemente poria em perigo seus privilégios. Daí a opção pela organização do movimento separatista em torno de D. Pedro, a partir do **Fico** (9/1/1822), fazendo da independência uma ocorrência pacífica, onde a participação das camadas populares estava descartada.

O estabelecimento de uma monarquia, fundamentada na centralização político-administrativa, garantiu a unidade nacional e os interesses da elite latifundiária e escravista. Os radicais — alguns defensores do republicanismo — um pequeno grupo dentro da camada dominante que discordava desse projeto conservador, acabaram absorvidos pelos “moderados” ou excluídos da vida pública, logo no começo do Primeiro Reinado. Por sua vez, o liberalismo, que no plano ideológico norteou a reação brasileira à ação recolonizadora das Cortes, só pode ser entendido como um “liberalismo de fachada”, ou seja, aplicado na medida dos interesses das elites. Assim, não há como disfarçar o duplo sentido que marca a emancipação brasileira: politicamente conservador visto que manteve a Monarquia e a estrutura tradicional, e, economicamente liberal, na medida em que repeliu a ameaça de reinstalação do Pacto Colonial.

Inconfidência Mineira

Símbolo da Inconfidência Mineira

Entre os principais movimentos emancipacionistas que já possuem um caráter questionador do Sistema Colonial o de maior importância foi a *Inconfidência Mineira* ou *Conjuração Mineira*, de 1789. Nesta rebelião encontramos diversos antecedentes, como o crescente abuso do fiscalismo português na região aurífera, acompanhada pelo acirramento da dominação política-militar lusa. As influências das ideias

liberais (do Movimento das Luzes) e da independência dos Estados Unidos são nítidas nas manifestações dos participantes da Inconfidência Mineira. Estes eram em sua maioria letrados: alguns estudantes brasileiros na Europa, como José Joaquim da Maia, que tentou o apoio de Thomas Jefferson; os poetas Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga; os doutores José Álvares Maciel, Domingos Vidal Barbosa e Salvador Amaral Gurgel; os padres Manuel Rodrigues da Costa, José de Oliveira Rolim e Carlos de Toledo Piza; e alguns militares como o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

As Propostas dos Inconfidentes

Nos planos dos conjurados idealistas, mas caracterizados pelo despreparo militar e por certa inconsistência ideológica, evidenciavam-se, no entanto, alguns princípios teóricos, tais como os ideais emancipacionistas vinculados a uma forma republicana de governo. Esta teria como sede a cidade mineira de São João Del-Rei. Quanto à abolição da escravidão, porém, não chegaram a um acordo. Dada a composição de seus participantes, a conspiração perdia-se em um plano ideal ligado ao intelectualismo de alguns conjurados, em que preocupações com o que viria como a criação de uma Universidade em Vila Rica, a criação de uma bandeira e os planos em relação ao incremento à natalidade, sobrepunham-se à organização militar do próprio movimento.

O Fim da Inconfidência Mineira

A eclosão da revolução tinha na cobrança da “derrama” (596 arrobas) de ouro o seu pretexto. Em maio de 1789, porém, a conjura foi denunciada pelos portugueses Joaquim Silvério dos Reis, Brito Malheiros e Inácio Correia Pamplona. Presos os conspiradores, foi iniciado a *devassa* (inquérito) dirigida pelo próprio governador, o visconde de Barbacena, e que se prolongou até 1792. Embora, num primeiro momento, todos fossem condenados à morte, um decreto de D. Maria I comutou a pena de morte dos inconfidentes, à exceção de Tiradentes, que foi executado no mesmo ano.

Com sua morte, em 1792, Joaquim José da Silva Xavier. O Tiradentes tornou-se o mártir da independência do Brasil. Apesar de seu caráter idealista e intelectualizado, a Inconfidência Mineira foi a contestação mais consequente ao Sistema Colonial Português.

Aula 19

História – 2º Ano Ensino Médio

Conjuração Baiana

Introdução

Em agosto de 1798 começa a aparecer em portas de igrejas e casas da Bahia, panfletos que pregavam um levante geral e a instalação de um governo democrático, livre e independente do poder metropolitano. Os mesmos ideais de república, liberdade e igualdade que estiveram presentes na Inconfidência Mineira, agitavam agora a Bahia.

As inflamadas discussões na "Academia dos Renascidos" resultarão na Conjuração Baiana em 1789. Esse movimento, também chamado de Revolta dos Alfaiates foi uma conspiração de caráter emancipacionista, articulada por pequenos comerciantes e artesãos, destacando-se os alfaiates, além de soldados, religiosos, intelectuais, e setores populares.

Se a singularidade da Inconfidência de Tiradentes está em seu sentido pioneiro, já que apesar de todos seus limites, foi o primeiro movimento social de caráter republicano em nossa história, a Conjuração Baiana, mais ampla em sua composição social, apresenta o componente popular que irá direcioná-la para uma proposta também mais ampla, incluindo a abolição da escravatura. Eis aí a singularidade da Conjuração Baiana, que também é pioneira, por apresentar pela primeira vez em nossa história elementos das camadas populares articuladas para uma república abolicionista.

Antecedentes

A segunda metade do século XVIII é marcada por profundas transformações na história, que assinalam a crise do Antigo Regime europeu e de seu desdobramento na América, o Antigo Sistema Colonial. No Brasil, os princípios iluministas e a independência dos Estados Unidos, já tinham influenciado a Inconfidência Mineira em 1789. Os ideais de liberdade e igualdade se contrastavam com a precária condição de vida do povo, sendo que, a elevada carga tributária e a escassez de alimentos, tornavam ainda mais grave o quadro socioeconômico do Brasil. Este contexto será responsável por uma série de motins e ações extremadas dos setores mais pobres da população baiana, que em 1797 promoveu vários saques em estabelecimentos comerciais portugueses de Salvador.

Nessa conjuntura de crise, foi fundada em Salvador a "Academia dos Renascidos", uma associação literária que discutia os ideais do iluminismo e os problemas sociais que afetavam a população. Essa associação tinha sido criada pela loja maçônica "Cavaleiros da Luz", da qual participavam nomes ilustres da região, como o doutor Cipriano Barata e o professor Francisco Muniz Barreto, entre outros. A conspiração para o movimento, surgiu com as discussões promovidas pela Academia dos Renascidos e contou com a participação de pequenos comerciantes, soldados, artesãos, alfaiates, negros libertos e mulatos, caracterizando-se assim, como um dos primeiros movimentos populares da História do Brasil. A participação popular e o objetivo de emancipar a colônia e abolir a escravidão, marcam uma diferença qualitativa desse movimento em relação à Inconfidência Mineira, que marcada por uma composição social mais elitista, não se posicionou formalmente em relação ao escravismo.

Entre as lideranças do movimento, destacaram-se os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira (este com apenas 18 anos de idade), além dos soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, todos mulatos. Outro destaque desse movimento foi a participação de mulheres negras, como as forras Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento.

As ruas de Salvador foram tomadas pelos revolucionários Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas que iniciaram a panfletagem como forma de obter mais apoio popular e incitar à rebelião. Os panfletos difundiam pequenos textos e palavras de ordem, com base naquilo que as autoridades coloniais chamavam de "abomináveis princípios franceses".

A Revolta dos Alfaiates foi fortemente influenciada pela fase popular da Revolução Francesa, quando os jacobinos liderados por Robespierre conseguiram, apesar da ditadura política, importantes avanços sociais em benefício das camadas populares, como o sufrágio universal, ensino gratuito e abolição

da escravidão nas colônias francesas. Essas conquistas, principalmente essa última influenciaram outros movimentos de independência na América Latina, destacando-se a luta por uma República abolicionista no Haiti e em São Domingos, acompanhada de liberdade no comércio, do fim dos privilégios políticos e sociais, da punição aos membros do clero contrários à liberdade e do aumento do soldo dos militares. A violenta repressão metropolitana conseguiu deter o movimento, que apenas iniciava-se, detendo e torturando os primeiros suspeitos. Governava a Bahia nessa época (1788-1801) D. Fernando José de Portugal e Castro, que encarregou o coronel Alexandre Teotônio de Souza de surpreender os revoltosos. Com as delações, os principais líderes foram presos e o movimento, que não chegou a se concretizar, foi totalmente desarticulado.

Após o processo de julgamento, os mais pobres como Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento e os mulatos Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas foram condenados à morte por enforcamento, sendo executados no Largo da Piedade a 8 de novembro de 1799. Outros, como Cipriano Barata, o tenente Hernógenes Aguilar e o professor Francisco Moniz foram absolvidos. Os de classe inferior como Inácio da Silva Pimentel, Romão Pinheiro, José Félix, Inácio Pires, Manuel José e Luiz de França Pires, foram acusados de envolvimento "grave", recebendo pena de prisão perpétua ou degredo na África. Já os elementos pertencentes à loja maçônica "*Cavaleiros da Luz*" foram absolvidos deixando clara que a pena pela condenação, correspondia à condição socioeconômica e à origem racial dos condenados. A extrema dureza na condenação aos mais pobres, que eram negros e mulatos, é atribuída ao temor de que se repetissem no Brasil as rebeliões de negros e mulatos que, na mesma época, atingiam as Antilhas.

Aula 20

História – 2º Ano Ensino Médio

1824: Uma Constituição Antidemocrática

"Causa-me horror só ouvir falar em revolução". Muniz Tavares, antigo revolucionário de 1817 na Assembleia Constituinte (21/maio/1823). Anais do Parlamento Brasileiro - Assembléia Constituinte, 1823, tomo I, Rio de Janeiro, pág. 90. "Durante as discussões da Constituinte ficou manifesta a intenção da maioria dos deputados de limitar o sentido do liberalismo e de distingui-lo das reivindicações democratizantes".

Todos se diziam liberais, mas ao mesmo tempo se confessavam antidemocratas e antirrevolucionários. As ideias revolucionárias provocavam desagrado entre os constituintes. A conciliação da liberdade com a ordem seria o preceito básico desses liberais, que se inspirava em Benjamim Constant e Jean Baptiste Say. "Em outras palavras: conciliar a liberdade com a ordem existente, isto é, manter a estrutura escravista de produção, cercear as pretensões democratizantes".

O primeiro processo constitucional do Brasil iniciou-se com um decreto do príncipe D. Pedro, que no dia 3 de junho de 1822 convocou a primeira Assembléia Geral Constituinte e Legislativa da nossa história, visando a elaboração de uma constituição que formalizasse a independência política do Brasil em relação ao reino português. Dessa maneira, a primeira constituição brasileira deveria ter sido promulgada. Acabou, porém, sendo outorgada, já que durante o processo constitucional, o choque entre o imperador e os constituintes, mostrou-se inevitável. A abertura da Assembléia deu-se somente em 3 de maio de 1823, para que nesse tempo fosse preparado o terreno através de censuras, prisões e exílios aos opositores do processo constitucional.

a) Antecedentes: divergências internas

O contexto que antecede a Assembléia foi marcado pela articulação política do Brasil contra as tentativas recolonizadoras de Portugal, já presentes na Revolução do Porto em 1820. Neste mesmo cenário, destacam-se ainda, divergências internas entre conservadores e liberais radicais. Os primeiros, representados por José Bonifácio resistiram inicialmente à ideia de uma Constituinte, mas por fim pressionados, acabaram aderindo, com a defesa de uma rigorosa centralização política e a limitação do direito de voto. Já os liberais radicais, por iniciativa de Gonçalves Ledo, defendiam a eleição direta, a limitação dos poderes de D. Pedro e maior autonomia das províncias.

b) O anteprojeto: liberal e antidemocrático

Com um total de 90 membros eleitos por 14 províncias, destacavam-se na Constituinte, proprietários rurais, bacharéis em leis, além de militares, médicos e funcionários públicos. Para elaborar um anteprojeto constitucional, foi designada uma comissão composta por seis deputados sob liderança de Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio.

O anteprojeto continha 272 artigos influenciados pela ilustração, no tocante à soberania nacional e ao liberalismo econômico. O caráter classista e, portanto antidemocrático da carta, ficou claramente revelado com a discriminação dos direitos políticos, através do voto censitário, onde os eleitores do primeiro grau (paróquia) tinham que provar uma renda mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca. Eles elegeriam os eleitores do segundo grau (província), que necessitavam de uma renda mínima de 250 alqueires. Estes últimos elegeriam deputados e senadores, que precisavam de uma renda de 500 e 1000 alqueires respectivamente, para se candidatarem.

A postura elitista do anteprojeto aparece também em outros pontos, como a questão do trabalho e da divisão fundiária. O escravismo e o latifúndio não entraram em pauta, pois colocariam em risco os interesses da aristocracia rural brasileira. Segundo Raymundo Faoro "o esquema procurará manter a igualdade sem democracia, o liberalismo fora da soberania popular". Tratava-se, portanto, de uma adaptação circunstancial de alguns ideais do iluminismo aos interesses da aristocracia rural.

"Afastando o perigo da recolonização; excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos da representação nacional aos proprietários rurais; concentrando a autoridade política no Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica, o projeto consagra todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais, oprimidos pelo regime de colônia, e que a nova ordem política vinha justamente libertar."

c) A dissolução da Assembleia

A posição da Assembleia em reduzir o poder imperial, faz D. Pedro I voltar-se contra a Constituinte.

Declarando-se em sessão permanente, a Assembleia é dissolvida por um decreto imperial em 12 de novembro de 1823. A resistência conhecida como "Noite da Agonia" foi inútil. Os irmãos Andradas, José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos são presos e deportados.

d) A Constituição de 1824

Foi a primeira constituição de nossa história e a única no período imperial. Com a Assembleia Constituinte dissolvida, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado formado por 10 membros que redigiu a Constituição, utilizando vários artigos do anteprojeto de Antônio Carlos. Após ser apreciada pelas Câmaras Municipais, foi outorgada (imposta) em 25 de março de 1824, estabelecendo os seguintes pontos:

- Um governo monárquico unitário e hereditário.
- Voto censitário (baseado na renda) e descoberto (não secreto).
- Eleições indiretas, onde os eleitores da paróquia elegiam os eleitores da província e estes elegiam os deputados e senadores. Para ser eleitor da paróquia, eleitor da província, deputado ou senador, o cidadão teria de ter, agora, uma renda anual correspondente a 100, 200, 400, e 800 mil réis respectivamente.
- Catolicismo como religião oficial
- Submissão da Igreja ao Estado.
- Quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O Executivo competia ao imperador e o conjunto de ministros por ele nomeados. O Legislativo era representado pela Assembleia Geral, formada pela Câmara de Deputados (eleita por quatro anos) e pelo Senado (nomeado e vitalício). O Poder Judiciário era formado pelo Supremo Tribunal de Justiça, com magistrados escolhidos pelo imperador. Por fim, o Poder Moderador era pessoal e exclusivo do próprio imperador, assessorado pelo Conselho de Estado, que também era vitalício e nomeado pelo imperador.

Nossa primeira constituição fica assim marcada pela arbitrariedade, já que de promulgada, acabou sendo outorgada, ou seja, imposta verticalmente para atender os interesses do partido português, que desde o início do processo de independência política, parecia destinado ao desaparecimento.

Brasil Império: 1º Reinado e Regências

1º reinado – 1822-23

Regime político: Monarquia Constitucional (D. Pedro I afirmava que “juraria a liberal constituição se ela fosse digna do Brasil e do seu imortal imperador”) Reação à constituição: Confederação do Equador (movimento republicano e separatista liderado por frei Caneca no Nordeste e que foi duramente reprimido)

A Abdicação de D. Pedro I - 1831

Problema principal: o Brasil era uma sociedade extremamente heterogênea onde os diversos grupos disputavam o poder (entre estes diversos grupos de elite só havia um denominador comum; a manutenção da escravidão). Problemas enfrentados por D. Pedro I a partir de 1825 que o levaram a abdicação:

- Envolvimento do imperador em problemas dinásticos em Portugal gerando críticas;

- Derrota na guerra da Cisplatina (1828);
- Quebra do banco do Brasil;
- Endividamento com a Inglaterra para a compra da independência
- Imposição do ministério dos marqueses composto só por portugueses em 1831.

O Período Regencial (1831-1840)

“A primeira experiência republicana brasileira”

- Significado da abdicação: vitória de um liberalismo calcado na escravidão e no latifúndio;
- Principais grupos políticos: Liberais exaltados ou farroupilhas: defendiam maior autonomia para as províncias e o fim do poder moderador;
- Restauradores ou caramurus: portugueses que queriam a volta de Dom Pedro I;
- Liberais moderados ou chimangos: defensores da centralização do poder.

Com a morte de D. Pedro I acontece uma rearticulação partidária: parte dos moderados se une com os exaltados formando os LIBERAIS e outra parte se une com os restauradores formando os CONSERVADORES.

Tendências Políticas no Período Regencial:

1831-37 - MARÉ LIBERAL (regências trinas e uma de Feijó) - medidas descentralizadoras: guarda nacional (origem do coronelismo), código do processo criminal (judiciário municipal com juiz de paz eleito na paróquia), ato adicional de 1834 (eleição direta para regentes e criação das assembleias legislativas municipais).

1838-40 - MARÉ CONSERVADORA (regência uma de Araújo Lima) - medidas centralizadoras: anulou o ato adicional, o código do processo e passou a nomear os chefes das guardas nacionais.

Revoltas Regenciais:

Expressam os diferentes interesses locais que lutavam por maior participação do poder. A ruptura de elites permite manifestações de setores marginalizados.

- *GUERRA DOS FARRAPOS* – Rio Grande do Sul - entre 1835 e 45 - luta dos produtores de charque do sul por maior autonomia;
- *SABINADA* - Bahia em 1837 - movimento autonomista de classe média;
- *CABANAGEM* – Pará - entre 1836 e 37 - movimento popular contra o autoritarismo do governo central;
- *REVOLTA DOS MALÊS* - Bahia em 1835- revolta de escravos muçulmanos aproveitando-se de divergências nas elites;
- *BALAIADA* - Maranhão e Piauí em 1838-39- movimento popular contra as arbitrariedades das elites. Aproveitam-se dos atritos entre conservadores e liberais.

Brasil Império - 2º Reinado (1840-1889)

O GOLPE DA MAIORIDADE (1840): Golpe liberal para afastar o regente Araújo Lima. Nas eleições que ocorrem no mesmo ano os liberais são vitoriosos, mas o ministério conservador continua no poder ao dissolver a câmara (eleições do cacete).

Transação e Conciliação Política

A implantação do parlamentarismo no Brasil: a partir de 1848, as elites conservadoras e liberais se conciliam para garantir o trabalho escravo e o latifúndio no Brasil. A estabilidade foi garantida pelo parlamentarismo às avessas. Ao contrário do sistema inglês, no Brasil cabia ao imperador nomear o ministério. Inicia-se, assim, um rodízio no poder já que quem reinava, governava e administrava era o rei.

O Café

Inicialmente plantado no Vale do Paraíba sob forma de PLANTATION, o café se expande para o oeste paulista, em busca de terra roxa. Nesta última região a produção vai alcançar seu apogeu devido a vários fatores: melhor tecnologia de beneficiamento, terra/relevo favoráveis e, principalmente, a utilização da mão de obra assalariada (após os fracassos do senador Vergueiro com o sistema de parceria, o estado passa a subvencionar a imigração). Em São Paulo, ao contrário da região do Vale, desenvolvesse uma “burguesia rural” que investia em bancos e indústria. Esta nova classe social estará por trás dos movimentos republicano e abolicionista.

A Industrialização

Vários motivos impulsionaram o desenvolvimento industrial brasileiro a partir de 1850 (ERA MAUÁ): investimentos da burguesia cafeeira, crescimento do mercado interno devido ao assalariamento, a tarifa Alves Branco que aumentou para 60% os impostos de importação. Em represália à política protecionista do império a Inglaterra passa a pressionar pelo fim do tráfico negreiro (BILL ABERRDEEN - 1845) o que vai acontecer em 1850 com a lei EUSÉBIO DE QUEIRÓS. O fim do tráfico também foi importante para o surto industrial já que permitiu uma vultosa liberação de capitais e estimulou a vinda de imigrantes. O Barão de Mauá compreendeu este contexto favorável e levando adiante diversas iniciativas como linhas férreas, iluminação a gás, cabo submarino, investimento bancário,... Mauá acabou falido, pois não teve apoio para os seus projetos. O Brasil continuava a ser um país latifundiário, conservador, aristocrático, escravista.

A Crise do Império Brasileiro (1870-1889)

Origem da crise: GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870) - Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança contra o Paraguai, governado por Francisco Solano Lopez. Deve-se destacar como causas básicas do conflito os interesses na livre navegação da bacia platina (O Paraguai necessitava de uma saída para o mar) e os interesses do capital inglês na região (interessado em evitar o desenvolvimento econômico do Paraguai). O Brasil, apesar de vitorioso na guerra, perdeu boa parte de suas reservas acumuladas com a exportação. O exército, até então desprestigiado, afirmou-se como instituição. Parte de seu contingente era formada por antigos escravos que se tornaram livres após o conflito, aumentando o sentimento antiescravista.

Outros Fatores Geradores da Crise do Império a Partir de 1870:

A Influência das Ideias Européias - A população urbana passa a contestar a escravidão, considerada responsável pelo "atraso" do país frente às demais nações "civilizadas". O aumento da resistência negra contribuía para a busca de uma solução para a denominada "questão servil". A ideologia positivista passa a influenciar a intelectualidade brasileira com suas ideias de "Progresso", "civilização", "ciência", "ordem". Desencadeia-se a campanha abolicionista (José do Patrocínio e Joaquim Nabuco) o que força o governo imperial optar por uma abolição lenta e gradual: lei do ventre livre (1871), lei dos sexagenários (1885) e, finalmente, a lei áurea (1888).

O Movimento Republicano: Em 1870 é formado o partido republicano composto pela elite agrária paulista e por setores urbanos do RJ. Seus objetivos básicos, além da república, eram a descentralização do poder e o abolicionismo. Com a lei áurea, a elite agrária do Vale do Paraíba adere ao movimento.

Conflito Igreja e Império: De acordo com a constituição de 1824, estado e igreja eram unidos no Brasil (padroado). As bulas papais só teriam validade no Brasil após aprovação do imperador (beneplácito), o que provocava insatisfação do papado. As relações entre a Igreja e o Império começaram a entrar em crise quando a bula Sylabbus, publicada pelo papa Pio IX, proibiu a ligação entre católicos e maçons (D. Pedro II era maçom). A crise ficou conhecida por "Questão Religiosa" e rompeu definitivamente a relação entre o estado e o clero, antiga base de sustentação do sistema monárquico.

O Descontentamento Militar: Com a vitória na Guerra do Paraguai, em 1870, o Exército ganhou importância política e passou a contestar as estruturas político-sociais do Império adotando uma política antiescravista e republicana (influência do positivista Benjamim Constant). O descontentamento em relação

ao tratamento dispensado pelo Império ao Exército redundou em vários incidentes envolvendo a oficialidade, entre 1884 e 1889, conhecidos como a "questão militar".

"O Povo Assistiu Bestializado a proclamação da república" - O estabelecimento da República no Brasil não teve uma participação popular, o povo julgou tratar-se de uma "parada militar". D. Pedro II foi derrubado por um golpe militar articulado por Benjamim Constant e Deodoro da Fonseca com apoio da elite agrária.

Aula 21**História – 2º Ano Ensino Médio****A Formação da Nação Brasileira: Independência do Brasil**

Para compreender o verdadeiro significado histórico da independência do Brasil, levaremos em consideração duas importantes questões: Em primeiro lugar, entender que o 7 de setembro de 1822 não foi um ato isolado do príncipe D. Pedro, e sim um acontecimento que integra o processo de crise do Antigo Sistema Colonial, iniciada com as revoltas de emancipação no final do século XVIII. Em segundo lugar, perceber que a independência do Brasil, restringiu-se à esfera política, não alterando em nada a realidade socioeconômica que se manteve com as mesmas características do período colonial.

Desde as últimas décadas do século XVIII assinala-se na América Latina a crise do Antigo Sistema Colonial. No Brasil, essa crise foi marcada pelas rebeliões de emancipação, destacando-se a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Foram os primeiros movimentos sociais da história do Brasil a questionar o pacto colonial e assumir um caráter republicano. Era apenas o início do processo de independência política do Brasil, que se estende até 1822 com o "sete de setembro". Esta situação de crise do antigo sistema colonial era na verdade, parte integrante da decadência do Antigo Regime europeu, debilitado pela Revolução Industrial na Inglaterra e principalmente pela difusão do liberalismo econômico e dos princípios iluministas, que juntos formarão a base ideológica para a Independência dos Estados Unidos (1776) e para a Revolução Francesa (1789). Trata-se de um dos mais importantes movimentos de transição na História, assinalado pela passagem da idade moderna para a contemporânea, representada pela transição do capitalismo comercial para o industrial.

Os Movimentos de Emancipação

A Inconfidência Mineira destacou-se por ter sido o primeiro movimento social republicano-emancipacionista de nossa história. Eis aí sua importância maior, já que em outros aspectos ficou muito a desejar. Sua composição social marginalizava as camadas mais populares, configurando-se num movimento elitista estendendo-se no máximo às camadas médias da sociedade, como intelectuais, militares, e religiosos. Outros pontos que contribuíram para debilitar o movimento foram às precárias articulações militares e a postura regionalista, ou seja, reivindicavam a emancipação e a república para o Brasil e na prática preocupavam-se com problemas locais de Minas Gerais. O mais grave, contudo, foi a ausência de uma postura clara que defendesse a abolição da escravidão. O desfecho do movimento foi assinalado quando o governador Visconde de Barbacena suspendeu a derrama - seria o pretexto para deflagrar a revolta - e esvaziou a conspiração, iniciando prisões acompanhadas de uma verdadeira devassa.

Os líderes do movimento foram presos e enviados para o Rio de Janeiro responderam pelo crime de inconfidência (falta de fidelidade ao rei), pelo qual foram condenados. Todos negaram sua participação no movimento, menos Joaquim José da Silva Xavier, o alferes conhecido como Tiradentes, que assumiu a responsabilidade de liderar o movimento. Após decreto de D. Maria I é revogada a pena de morte dos inconfidentes, exceto a de Tiradentes. Alguns têm a pena transformada em prisão temporária, outros em prisão perpétua. Cláudio Manuel da Costa morreu na prisão, onde provavelmente foi assassinado.

Tiradentes, o de mais baixa condição social, foi o único condenado à morte por enforcamento. Sua cabeça foi cortada e levada para Vila Rica. O corpo foi esquartejado e espalhado pelos caminhos de Minas Gerais (21 de abril de 1789). Era o cruel exemplo que ficava para qualquer outra tentativa de questionar o poder da metrópole.

O exemplo parece que não assustou a todos, já que nove anos mais tarde iniciava-se na Bahia a Revolta dos Alfaiates, também chamada de Conjuração Baiana. A influência da loja maçônica Cavaleiros da Luz deu um sentido mais intelectual ao movimento que contou também com uma ativa participação de camadas populares como os alfaiates João de Deus e Manuel dos Santos Lira. Eram pretos, mestiços, índios, pobres em geral, além de soldados e religiosos. Justamente por possuir uma composição social mais abrangente com participação popular, a revolta pretendia uma república acompanhada da abolição da

escravatura. Controlado pelo governo, as lideranças populares do movimento foram executadas por enforcamento, enquanto que os intelectuais foram absolvidos.

Outros movimentos de emancipação também foram controlados, como a Conjuração do Rio de Janeiro em 1794 e a Revolução Pernambucana de 1817. Apesar de contidas, todas essas rebeliões foram determinantes para o agravamento da crise do colonialismo no Brasil, já que trouxeram pela primeira vez os ideais iluministas e os objetivos republicanos.

A Família Real no Brasil e a Preponderância Inglesa

Se o que define a condição de colônia é o monopólio imposto pela metrópole, em 1808 com a abertura dos portos, o Brasil deixava de ser colônia. O monopólio não mais existia. Rompia-se o pacto colonial e atendia-se assim, os interesses da elite agrária brasileira, acentuando as relações com a Inglaterra, em detrimento das tradicionais relações com Portugal. Esse episódio, que inaugura a política de D. João VI no Brasil, é considerado a primeira medida formal em direção ao "sete de setembro".

Há muito Portugal dependia economicamente da Inglaterra. Essa dependência acentua-se com a vinda de D. João VI ao Brasil, que gradualmente deixava de ser colônia de Portugal, para entrar na esfera do domínio britânico. Para a Inglaterra industrializada, a independência da América Latina era uma promissora oportunidade de mercados, tanto fornecedor, como consumidor.

Com a assinatura dos Tratados de 1810, (Comércio, Navegação, Aliança e Amizade), Portugal perdeu definitivamente o monopólio do comércio brasileiro e o Brasil caiu diretamente na dependência do capitalismo inglês. Em 1820, a burguesia mercantil portuguesa colocou fim ao absolutismo em Portugal com a Revolução do Porto. Implantou-se uma monarquia constitucional, o que deu um caráter liberal ao movimento. Mas, ao mesmo tempo, por tratar-se de uma burguesia mercantil que tomava o poder, essa revolução assume uma postura recolonizadora sobre o Brasil. D. João VI retorna para Portugal e seu filho aproxima-se ainda mais da aristocracia rural brasileira, que se sentia duplamente ameaçada em seus interesses: a intenção recolonizadora de Portugal e as guerras de independência na América Espanhola, responsáveis pela divisão da região em repúblicas.

O Significado Histórico da Independência

A aristocracia rural brasileira encaminhou a independência do Brasil com o cuidado de não afetar seus privilégios, representados pelo latifúndio e escravismo. Dessa forma, a independência foi imposta verticalmente, com a preocupação em manter a unidade nacional e conciliar as divergências existentes dentro da própria elite rural, afastando os setores mais baixos da sociedade representados por escravos e trabalhadores pobres em geral.

Com a volta de D. João VI para Portugal e as exigências para que também o príncipe regente voltasse, a aristocracia rural passa a viver sob um difícil dilema: conter a recolonização e ao mesmo tempo evitar que a ruptura com Portugal assumisse o caráter revolucionário-republicano que marcava a independência da América Espanhola, o que evidentemente ameaçaria seus privilégios. A maçonaria (reaberta no Rio de Janeiro com a loja maçônica Comércio e Artes) e a imprensa uniram suas forças contra a postura recolonizadora das Cortes.

D. Pedro é sondado para ficar no Brasil, pois sua partida poderia representar o esfacelamento do país. Era preciso ganhar o apoio de D. Pedro, em torno do qual se concretizariam os interesses da aristocracia rural brasileira. Um abaixo assinado de oito mil assinaturas foi levado por José Clemente Pereira (presidente do Senado) a D. Pedro em 9 de janeiro de 1822, solicitando sua permanência no Brasil. Cedendo às pressões, D. Pedro decidiu-se: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico".

É claro que D. Pedro decidiu ficar bem menos pelo povo e bem mais pela aristocracia, que o apoiaria como imperador em troca da futura independência não alterar a realidade socioeconômica colonial. Contudo, o Dia do Fico era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal. Graças a homens como José Bonifácio de Andrada e Silva (patriarca da independência), Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e outros, o movimento de independência adquiriu um ritmo surpreendente com o cumpra-se, onde as leis portuguesas seriam obedecidas somente com o aval de D. Pedro, que acabou aceitando o título de

Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822), oferecido pela maçonaria e pelo Senado. Em 3 de junho foi convocada uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e em primeiro de agosto considerou-se inimigas as tropas portuguesas que tentassem desembarcar no Brasil.

Em Portugal, a reação tornava-se radical, com ameaça de envio de tropas, caso o príncipe não retornasse imediatamente. No dia sete de setembro de 1822, D. Pedro que se encontrava às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, após a leitura das cartas que chegaram a suas mãos, bradou: "É tempo... Independência ou morte... Estamos separados de Portugal". Chegando ao Rio de Janeiro (14 de setembro de 1822), D. Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil. Era o início do Império.

A independência não marcou nenhuma ruptura com o processo de nossa história colonial. As bases socioeconômicas (trabalho escravo, monocultura e latifúndio), que representavam a manutenção dos privilégios aristocráticos, permaneceram inalteradas. O "sete de setembro" foi apenas a consolidação de uma ruptura política, que já começara 14 anos atrás, com a abertura dos portos.